

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG

Edital 152/2025**Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
152/2025	153032-UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC /MG	ALEXANDRE LAURENTE CARDOSO	16/04/2026 17:14 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		23090.012335/2025-71

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2025

Torna-se público que a Universidade Federal de Lavras - UASG 153032, por meio da Diretoria de Licitações e Compras, sediada no Trevo Rotatório Professor Edmir Sá Santos, Campus Universitário, Lavras / Minas Gerais, CEP 37203-202, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de impressora de cartão de proximidade, ribbons e cartões de proximidade, compatíveis, para impressão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens e grupos, sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2.1. Relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2.2. Relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos os itens e grupos, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.10. O impedimento de que trata o item 3.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.4 e 3.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.8.4 e 3.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#) ;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante.

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo total de cada item, conforme o Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, quando cabível, na forma da lei.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o

objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência / Projeto Básico.

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência / Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO E LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$1,00 (um real) para o item 1, R\$0,10 (dez centavos de real) para o item 2 e R\$0,01 (um centavo de real) para o item 3.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.22.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.22.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.22.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.22.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.22.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.22.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.22.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.22.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.22.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.22.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.22.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2.2. empresas brasileiras;

7.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

8.10.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.10.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para ns de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital que permita a verificação de autenticidade.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133 /2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até no mínimo, 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.9. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a

autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://dlc.ufla.br/cl> e mediante solicitação, na forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@ufla.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. fraudar a licitação;

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#) ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pelo e-mail licitacoes@ufla.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Universidade Federal de Lavras, Diretoria de Licitações e Compras, Trevo Rotatório Professor Edmir Sá Santos, s/n, Campus Universitário, Lavras / Minas Gerais, CEP 37203-202.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal de Compras do Governo Federal e endereço eletrônico <https://dlc.ufla.br/cl>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

16.11.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar

16.11.1.2. Anexo II do Termo de Referência – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

16.11.1.3. Anexo III do Termo de Referência – Termo de Ciência e Concordância

16.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ERASMO EVANGELISTA DE OLIVEIRA

Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 17:14:55.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I TR.pdf (7.53 MB)
- Anexo II - Anexo II Ata de SRP.pdf (272.12 KB)

Anexo I

Termo de Referência

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG

Termo de Referência 226/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
226/2025	153032-UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC /MG	ALEXANDRE LAURENTE CARDOSO	10/04/2026 18:38 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		23090.012335/2025-71

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de impressora de cartão de proximidade, ribbons e cartões de proximidade, compatíveis, para impressão, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. PMC-TIC	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LOCAL DE ENTREGA
		IMPRESSORA - CARTÃO / CRACHÁ CAPACIDADE: MÍNIMA DE 125 CARTÕES /HORA COLORIDO FRENTE E VERSO CAPACIDADE MEMÓRIA: 16 MB RESOLUÇÃO MÍNIMA: 300 DPI							

1	1	MATERIAL CARTÃO: PVC E PVC COMPOSTO TAMANHO: ISO CR-80 E ISO - 7810 INTERFACE: WINDOWS XP/2000 /2003/XP/7, MAC E LINUX VOLTAGEM: 110/220 V FREQUÊNCIA: 50/60 HZ CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SOFTWARE P /CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS E MODELOS PAD	392350	UNIDADE	-	3	R\$ 9.876,13	R\$ 29.628,39	UFLA - Campus Lavras
1	2	RIBBON MATERIAL: RESINA LARGURA: 110 MM COMPRIMENTO: 91 M COR: COLORIDO APLICAÇÃO: IMPRESSORA TÉRMICA	445147	UNIDADE	-	128	R\$ 358,21	R\$ 45.850,88	UFLA - Campus Lavras
		CARTÃO IDENTIFICAÇÃO MATERIAL: PVC							

—	3	COMPRIMENTO: 86 MM LARGURA: 54 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ADESIVADO ESPESSURA: 0,46 MM COR: BRANCA	431810	UNIDADE	-	20.000	R\$ 1,80	R\$ 36.000,00	UFLA - Campus Lavras
---	---	---	--------	---------	---	--------	----------	---------------	----------------------

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Em caso de divergência entre a descrição do CATMAT no SIASG e este Termo de Referência, prevalecem as especificações deste Termo de Referência.

Classificação do objeto como bem de luxo

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por igual período a critério da administração.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de emissão de cartões para identificação e controle de acesso. O cartão de identificação institucional é emitido para discentes, servidores (TAE's e docentes), funcionários terceirizados e pessoal de associação temporária. Ele é utilizado principalmente para acesso ao Restaurante Universitário (RU) e também para acesso e empréstimo de livros na Biblioteca da UFLA.

- 2.2. Dessa maneira, tendo em vista a necessidade de continuidade da prestação dos serviços de impressão de cartões de identificação institucional da Universidade Federal de Lavras, a presente licitação abarca a compra de novas impressoras e de ribbons, insumos para impressão, compatíveis com o modelo de impressora a ser adquirido.
- 2.3. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.
- 2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta no Portal Nacional de Contratações Públicas.
- 2.5. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia Federal de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021-2025 da Universidade Federal de Lavras, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
ID 2.2.2	ID 2.2.2 do PDI 2021-2025 - Aperfeiçoar os programas de assistência estudantil e comunitários e implantar novos programas nesta área
Objetivo I	Objetivo I da Estratégia Nacional de Governo Digital 2024-2027 - Prover serviços públicos digitais personalizados, simples, de forma proativa e centrados no cidadão

ALINHAMENTO AO PDTIC 2021-2025			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A.63.1	<div>- DGTI deve solicitar o pedido da contratação do PAC do ano corrente, conforme legislação vigente (IN01/2019 ME/SGD);</div> <div>- Criar plano de contratação do PAC do ano corrente para aprovação da PROPLAG;</div> <div>- Instituir equipe de planejamento da contratação conforme legislação vigente (IN 01/2019 ME/SGD);</div> <div>- Implementar ritos do processo de contratação, conforme modalidade (dispensa, inexigibilidade, pregão, IRP, etc);</div>	M63.1	Contratar solução de controle de acesso para o Restaurante Universitário, Moradia Estudantil, CIUNI e Biblioteca

	<ul style="list-style-type: none"> - Instituir ritos da gestão do contrato ou recebimento de materiais ou serviços, conforme a legislação vigente; - Executar planejamento da contratação conforme autorização da autoridade competente 		
A.63.3	<ul style="list-style-type: none"> - Priorização, por parte da Coordenadoria de Tecnologia e Campus Inteligente, das demandas levantadas junto às unidades organizacionais - Unidade organizacional Solicita o pedido da contratação do PAC do ano corrente, conforme legislação vigente (IN01/2019 ME/SGD); - Criar plano de contratação do PAC do ano corrente para aprovação da PROPLAG; - Instituir equipe de planejamento da contratação conforme legislação vigente (IN 01/2019 ME /SGD); - Implementar ritos do processo de contratação, conforme modalidade (dispensa, inexigibilidade, pregão, IRP, etc); - Instituir ritos da gestão do contrato ou recebimento de materiais ou serviços, conforme a legislação vigente; - Executar planejamento da contratação conforme autorização da autoridade competente. 	M63.3	<p>Atender a 100% da demanda de soluções de controle de acesso físico e automação, conforme priorização da Coordenadoria de Tecnologia e Campus Inteligente, e de acordo com disponibilidade orçamentária institucional e autorização da PROPLAG</p>

2.6. Entende-se que o objeto em questão não se trata de oferta de serviços públicos digitais, sendo assim, não é necessário integração à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste na aquisição de impressoras, insumos (ribbons) e cartão de PVC para impressão, utilizados no controle de acesso às dependências da Universidade Federal de Lavras.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Proporcionar condições para impressão dos cartões de identificação institucional que são emitidos para discentes, servidores, funcionários terceirizados e pessoal de associação temporária.

4.1.2. Proporcionar a identificação e o acesso ao Restaurante Universitário (RU) e também para acesso e empréstimo de livros na Biblioteca da UFLA.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

Requisitos de Manutenção

4.4. Não se aplica.

Requisitos Temporais

4.5. A entrega dos itens deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.7.1 Para o Item 1:

4.7.1.1. Fornecimento de manuais e software para instalação em língua portuguesa do Brasil.

4.7.1.2. A impressora deve cumprir os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

4.7.1.3 A impressora (item 1) deverá possuir certificado com o selo de eficiência energética, o equipamento fornecido deverá estar em conformidade com o padrão internacional de consumo eficiente de energia ENERGY STAR®.

4.7.1.4. Demonstrar (mediante apresentação de catálogos, especificações, manuais, etc) que os equipamentos fornecidos, periféricos, acessórios e componentes da instalação não contêm substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Europeia Restriction of Certain Hazardous Substances RoHS (IN nº 1/2010 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

4.7.1.5. Comprovar que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950 ou similar, emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou internacional equivalente para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.

4.7.2. Para os itens 2 e 3 a Contratada deverá adotar, sempre que possível, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental no fornecimento de materiais de consumo, insumos:

4.7.2.1. Utilizar produtos sustentáveis e de menor impacto ambiental;

4.7.2.2. Acondicionar os materiais em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.8. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos a seguir.

4.8.1. Para o item 1:

4.8.1.1. Método de impressão por sublimação de tinta / transferência térmica em resina;

4.8.1.2. Recurso de impressão em frente e verso (duplex) automático integrado de forma nativa, dispensando o uso de módulos ou acessórios adicionais para realizar a função;

4.8.1.3. Resolução mínima 300 dpi;

4.8.1.4. Operar nos seguintes ambientes: Microsoft Windows p/2000/2003/Xp/7 ou superior, Mac e Linux;

4.8.1.5. Mínimo 16 MB de memória RAM;

4.8.1.6. Conectividade USB e Ethernet;

4.8.1.7. Velocidade mínima de impressão colorida:

4.8.1.7.1. uma face: 200 cartões por hora (cph);

4.8.1.7.2. dupla face: 125 cartões por hora (cph);

4.8.1.8. Capacidade do compartimento de entrada dos cartões: mínimo 100 cartões;

4.8.1.9. Tamanhos de cartão padrão aceitos: CR-80 (85,6 mm C x 54 mm L); CR-79 (84,1 mm C x 52,4 mm L);

4.8.1.10. Características elétricas:

4.8.1.10.1. tensão de Entrada: 110V - 240V, 50-60Hz, 1.5A;

4.8.1.10.2. tensão de Saída: 24V, 3A, 72W.

4.8.2. Para o item 2:

4.8.2.1. Ribbon original colorido YMCKO (ribbon ofertado deve ser original e compatível com o item 01);

4.8.2.2. Ribbon de capacidade mínima de 200 impressões / faces, totalizando no mínimo 100 cartões frente e verso.

4.8.3. Para o item 3:

4.8.3.1. Cartão identificação, material: pvc, aplicação: controle de acesso.

4.8.3.2. Comprimento (aproximado): 86 mm, largura (aproximada): 54 mm,

4.8.3.3. Características adicionais: com chip de proximidade (interno),

4.8.3.4. Espessura mínima: 0,46 mm,

4.8.3.5. Cartão inteiramente branco, sem nenhuma impressão.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9. Não se aplica.

Requisitos de Implantação

4.10. Não se aplica.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.11. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional

4.12. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.13. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14. O fornecimento dos itens está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Nota de Empenho emitida pela Contratante.

4.15. A Nota de Empenho indicará o item, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.16. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 12 horas por dia e 5 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.17. O andamento do fornecimento dos itens deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.18. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.18.1. Atender às diretrizes da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), norma que regulamenta o uso de informações pessoais pelas empresas.

Outros Requisitos Aplicáveis

4.19. Não se aplica.

Sustentabilidade

4.20. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos dispostos nos tópicos 4.7.1. e 4.7.2. deste Termo de Referência, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.21. Devem ser atendidos, também, os critérios estabelecidos no Plano Diretor de Logística Sustentável da UFLA 2025/2027 (Portaria Reitoria nº 1.225, de 26 de dezembro de 2024).

Indicação de marcas ou modelos

4.22. Não se aplica.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.23. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.24. Não se aplica.

Subcontratação

4.25. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da exigência de amostra

4.26. Não se aplica.

Garantia da Contratação

4.27. Devido ao valor estimado da contratação, não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Informações relevantes para o dimensionamento e/ou apresentação da proposta

4.28. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.28.1. O disposto na tabela do item 1.1 e todos os requisitos e condições descritos neste Termo de Referência.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.29. Na presente licitação, todos os itens serão destinados exclusivamente à disputa por microempresas e empresas de pequeno porte.

Margem de preferência

4.30. Não se aplica margem de preferência conforme Resolução SEGES-CICS/MGI nº 6, de 25 de novembro de 2024.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, quando aplicável;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato, quando aplicável;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual, quando aplicável;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, quando aplicável, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, quando aplicável, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, quando aplicável, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e

5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

6.1. Será emitida a Nota de Empenho para a entrega dos bens desejados.

6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na Nota de Empenho.

6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Forma de execução e acompanhamento do objeto

Condições de Entrega

6.4. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias corridos , contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

6.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas à Diretoria de Materiais e Patrimônio, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.6. Para fins de prorrogação do prazo de entrega, só serão analisados, pela autoridade competente, os pedidos solicitados formalmente antes de findado o prazo fixado. Pedidos solicitados após o término do prazo de entrega não serão analisados.

6.7. Para os itens com local de entrega em “LAVRAS/MG”, a entrega deverá ocorrer no seguinte endereço:

Diretoria de Materiais e Patrimônio - DMP

Trevo Rotatório Professor Edmir Sá Santos S/N - Campus Universitário - Almoxarifado Central - Lavras – MG

Caixa Postal: 3037 - CEP: 37203-202 - Tel. (35) 3829 – 1106.

6.7.1. A Diretoria de Materiais e Patrimônio poderá solicitar o encaminhamento dos mesmos para outros locais da Universidade, com todas as despesas pagas pelo licitante vencedor.

6.7.2. A DMP não se responsabilizará por mercadorias entregues em locais divergentes do previsto.

6.8. Conforme Portaria Normativa UFLA nº 68 de 19 de julho de 2022, as entregas efetuadas dentro das dependências da UFLA por parte de fornecedores devem ser efetuadas em dias úteis (observando o Calendário Administrativo publicado anualmente pela Universidade em seu sítio eletrônico), sendo que a entrada e saída de caminhões no Campus Sede (Lavras/MG) deve ocorrer exclusivamente pela Portaria 2 (conhecida como portaria das goiabas), salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e comunicados à Coordenadoria de Vigilância ao Patrimônio (CVP/DSTL), quando a entrada ou saída deverá ocorrer por outra portaria previamente indicada.

6.9. Os horários para recebimento no Campus Sede (Lavras/MG) são de segunda a sexta-feira das 7h às 11h e das 13h às 16h.

6.10. Não serão aceitas entregas parciais para empenhos do tipo "Ordinário".

6.10.1. CNPJ para Faturamento: 22.078.679/0001-74 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS.

6.10.2. Para cada NÚMERO DE EMPENHO, deverá ser emitida uma NOTA FISCAL.

6.10.3. As Notas Fiscais devem vir do lado externo e OBRIGATORIAMENTE acompanhando seus respectivos volumes. Notas fiscais enviadas por e-mail serão automaticamente DESCONSIDERADAS.

Formas de transferência de conhecimento

6.11. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.12. Cada Nota de Empenho conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste Termo de Referência.

Mecanismos formais de comunicação

6.13. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.13.1. Ordem de Fornecimento de Bens;

6.13.2. Ata de Reunião;

6.13.3. Ofício;

6.13.4. Sistema de abertura de chamados;

6.13.5. E-mails e Cartas.

Formas de Pagamento

6.14. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em prazo a ser definido pela administração em dias úteis após a assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.9.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.9.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.9.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.10. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.11. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.13. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.13.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.13.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.13.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.13.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.13.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.13.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.13.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Critérios de Aceitação

7.15. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.16. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.17. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.18. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.19. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.20. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.21. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.22. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.23. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.24. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.25. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.25.1. Conferência do material entregue corresponde ao que foi licitado ou dentro das especificações pedidas por esse Termo de Referência.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.26. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAFI – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DOS ITENS		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos constantes na Nota de Empenho.	
Meta a cumprir	IAE = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos constantes na Nota de Empenho dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Nota de Empenho, Termo de Recebimento Provisório (TRP).	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme prazo de entrega constante na Nota de Empenho. Será subtraída a data de entrega dos produtos da Nota de Empenho (desde que o fiscal técnico ou outro responsável da Contratante, quando aplicável, reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução.	

Periodicidade	Para cada Nota de Empenho encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAFI = TEX – TEST</p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso no Fornecimento dos Itens;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da Nota de Empenho, da sua data de recebimento pelo fornecedor até a data de entrega dos produtos da Nota de Empenho.</p> <p>A data de início será a de recebimento da Nota de Empenho; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da Nota de Empenho.</p> <p>A data de entrega da Nota de Empenho deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico ou outro responsável da Contratante, quando aplicável, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico ou outro responsável da Contratante rejeita a entrega, o prazo de execução continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos e haja aceitação por parte do fiscal técnico ou outro responsável da Contratante.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da Nota de Empenho – constante na Nota de Empenho, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir do recebimento da Nota de Empenho.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da Nota de Empenho;</p> <p>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da Nota de Empenho ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor da Nota de Empenho ou fração em atraso.</p>

7.27 Para fins de atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, a aferição e a mensuração do desempenho dos bens objeto desta contratação serão realizadas por meio da aplicação dos critérios de aceitação e dos procedimentos de teste e inspeção descritos neste Termo de Referência, os quais permitem a verificação objetiva da qualidade, conformidade, funcionalidade e adequação dos produtos às especificações técnicas estabelecidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
2	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
3	Não executar total ou parcialmente o fornecimento dos bens previstos no objeto da contratação.	Multa de 1% sobre o valor total do objeto
4	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente ao fornecimento de bens, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do objeto.

8.2. Nos termos do [art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022](#), será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.4.4. Multa:

8.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) da contratação.

8.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.4.4.5. Compensatória, para infração descrita na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6.. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei](#).

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, no que couber, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.11.1. o prazo de validade;

9.11.2. a data da emissão;

9.11.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;

9.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.11.5. o valor a pagar; e

9.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

9.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

9.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.](#)

9.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

Forma de pagamento

9.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

9.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.26.1. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

9.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/02/2026.

9.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço e com modo de disputa aberto e fechado.

10.2. Será adotado o Sistema de Registro de Preços devido a conveniência da aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, de acordo com o inciso II, do art 3º, do decreto 11.462/2023 uma vez que não é possível definir o quantitativo total a ser contratado com exatidão já que os equipamentos e materiais são utilizados na confecção dos cartões de identificação cuja demanda varia de acordo com o fluxo de docentes, discentes e TAEs na Universidade.

Forma de fornecimento

10.3. O fornecimento do objeto será integral.

Críticos de aceitabilidade de preços

10.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

10.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

10.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

10.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

10.9 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#)

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.

10.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

10.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

10.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.29.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.29.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

10.30. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 111.479,27 (cento e onze mil, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e sete centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.1 deste Termo de Referência.

11.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A indicação da dotação orçamentária ficará postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAIRO DE OLIVEIRA E SILVA

Integrante Requisitante - Presidente



Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 16:33:26.

JULIANO SANTOS RODRIGUES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 15:59:13.

BRUNO DA SILVA GONCALVES

Integrante administrativo

ALEXANDRE LAURENTE CARDOSO

Integrante administrativo



Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 15:52:40.

ERASMO EVANGELISTA DE OLIVEIRA

Autoridade Máxima de TIC



Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 18:38:07.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I Estudo Técnico Preliminar.pdf (6.61 MB)
- Anexo II - Anexo II Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo do contrato.pdf (335.84 KB)
- Anexo III - Anexo III Termo de Ciência e Concordância.pdf (239.3 KB)

Anexo I

Estudo Técnico Preliminar

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG

Estudo Técnico Preliminar 109/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23090.012335/2025-71

2. Descrição da necessidade

Impressora de cartões de identificação institucional e suprimentos

O cartão de identificação institucional é emitido para discentes, servidores (TAE's e docentes), funcionários terceirizados e pessoal de associação temporária. Ele é utilizado para acesso ao Restaurante Universitário (RU) e também para acesso e empréstimo de livros na Biblioteca da UFLA.

Para continuidade dos serviços de impressão de cartões de identificação institucional da Universidade Federal de Lavras, tem-se a demanda por impressoras e suprimentos.

2.1. Motivação / Justificativa

A área de atendimento da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) possui duas impressoras de cartões de identificação institucional da marca Zebra, modelo ZXP Series 7, para impressão dos cartões de identificação institucional. Contudo, uma está com defeito.

Atualmente, são emitidos aproximadamente 4.000 (quatro mil) cartões por ano. Com isso, pretende-se ter duas impressoras disponíveis, pois, caso uma delas pare de funcionar, a disponibilidade do serviço de emissão de cartão não seria afetada, pois a segunda impressora seria adicionada ao processo, sem comprometer o serviço.

A interrupção do serviço pode trazer grandes transtornos nos acessos ao Restaurante Universitário e à Biblioteca, uma vez que, nesses locais, os acessos são controlados por meio do cartão de identificação institucional. Tal transtorno pode ser agravado, principalmente, caso ocorra no início do semestre letivo, quando são emitidos cartões para os calouros.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria de Operação e Segurança da Informação.	Clayton Ferreira Santos

4. Necessidades de Negócio

Identificação das necessidades de negócio	
1	Meta 63.1 PDTIC 2021-2025 - Contratar solução de controle de acesso para o Restaurante Universitário, Moradia Estudantil, CIUNI e Biblioteca
2	Meta 63.3 PDTIC 2021-2025 - Atender a 100% da demanda de soluções de controle de acesso físico e automação, conforme priorização da Coordenadoria de Tecnologia e Campus Inteligente, e de acordo com disponibilidade orçamentária institucional e autorização da PROPLAG
3	ID 2.2.2 do PDI 2021-2025 - Aperfeiçoar os programas de assistência estudantil e comunitários e implantar novos programas nesta área

5. Necessidades Tecnológicas

Identificação das necessidades tecnológicas	
1	Impressora de cartões de identificação institucional
1.1	Método de impressão por sublimação de tinta / transferência térmica em resina
1.2	Impressão Duplex Automática Nativa, a impressora deve possuir recurso de impressão frente e verso (duplex) automático integrado de forma nativa, dispensando o uso de módulos ou acessórios adicionais para realizar a função.
1.3	Resolução mínima 300 dpi
1.4	Operar nos seguintes ambientes: Windows Xp/2000/2003/Xp/7, Mac e Linux
1.5	32 MB de memória RAM
1.6	Conectividade USB e Ethernet
1.7	Velocidade de impressão: mínima de 125 cartões/hora colorido frente e verso
1.8	Capacidade do compartimento de entrada dos cartões: mínimo 100 cartões
1.9	Impressão em cartão de aproximação RFID 13,56 Mhz em PVC
1.10	Tamanhos de cartão padrão aceitos (dimensões aproximadas): CR-80 (85,6 mm C x 54 mm L); CR-79 com verso adesivo (84,1 mm C x 52,4 mm L)

1.11	Características elétricas: <ul style="list-style-type: none"> • Tensão de Entrada: 110V - 240V, 50-60Hz, 1.5A • Tensão de Saída: 24V, 3A, 72W
2	Fita ribbon
2.1	Ribbon Colorido YMCKO
2.2	Capacidade mínima 200 impressões
3	Cartão de controle de acesso
3.1	Cartão identificação, material: pvc, comprimento (aproximado): 86 mm, largura (aproximada): 54 mm, tipo impressão: personalizada, características adicionais: com chip de proximidade (interno), espessura mínima: 0,46 mm, aplicação: controle de acesso.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC	
1	Impressora de cartões de identificação institucional
1.1	Garantia de 36 meses
1.2	Estar em conformidade com o padrão internacional de consumo eficiente de energia
1.3	Fornecimento de manuais e software para instalação

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Para a continuidade do fornecimento de aproximadamente 4.000 cartões de identificação anualmente, que são utilizados para acesso ao Restaurante Universitário (RU) e à Biblioteca por discentes, servidores e funcionários terceirizados, e considerando que a única impressora atualmente em funcionamento tem 10 anos de uso, o quantitativo de 2 (duas) novas impressoras de cartão permitirá dar continuidade na prestação desse serviço. Dessa forma, uma impressora substituirá em breve a atual, que se encontra já no fim de sua vida útil, além da obsolescência tecnológica, e uma ficará como reserva técnica para que não ocorra uma possível interrupção da prestação do serviço de emissão de cartões de identificação institucional para a comunidade universitária.

Para cumprimento da Portaria Normativa Reitoria nº 9, de 12 de janeiro de 2022, referendada pela Resolução Normativa CUNI nº 1, de 10 de fevereiro de 2022, alterada pela Resolução Normativa CUNI nº 57, de 11 de outubro de 2022 e pela Resolução Normativa CUNI nº 108, de 20 de outubro de 2023, a comunidade acadêmica e administrativa foi consultada, por meio da Intenção Interna de Aquisição/Contratação, sobre esta demanda. Conforme se pode observar no Anexo I deste Estudo Técnico Preliminar (Intenção Interna de Aquisição), não houve demanda adicional à da DGTI.

Ainda assim, a Equipe de Planejamento da Contratação entende pertinente adicionar mais uma impressora ao quantitativo total estimado, pois, embora não manifestada demanda nesse momento, pode ser necessária para o *campus* de São Sebastião do Paraíso, uma vez que a intenção é realizar um registro de preços por até 2 anos e, durante esse tempo, pode haver expansão dos campi.

Assim sendo, considerando a demanda original e a demanda adicional (reserva técnica), o quantitativo total de impressoras a ser licitado será de 3 unidades.

Já em relação aos ribbons, o quantitativo irá depender dos cenários (soluções) a serem analisados neste Estudo Técnico Preliminar. Para o cenário de manutenção da marca da impressora atualmente utilizada (Zebra ZXP Series 7), há estoque de ribbons suficiente para o período de 1 ano e 2 meses, pois há 12 unidades em estoque e uma unidade é capaz de produzir 375 cartões frente e verso. Dessa forma, a UFLA tem a capacidade operacional de produção de 4.500 unidades. E, considerando uma demanda institucional de impressão de aproximadamente 4.000 cartões por ano, esse possível cenário provê a UFLA por 1 ano e 2 meses, antes de demandar a compra de mais ribbons.

Por outro lado, em um cenário de aquisição de impressora de novo modelo, os ribbons deverão ser adquiridos. Em comparação ao cenário de aquisição da impressora Zebra ZXP Series 7, no cenário de um novo modelo, para imprimir 4.000 cartões por ano e ter um estoque similar para o período de 1 ano e 2 meses, seriam necessários 36 ribbons. No entanto, considerando possível expansão no serviço prestado à comunidade acadêmica, estimou-se a aquisição dos ribbons necessários para produção do quantitativo de 16.000 unidades de cartão, o que equivale a 128 ribbons, quantia superior ao estoque para a impressora existente. Essa estimativa em maior quantitativo se deve à preocupação em garantir a disponibilidade da prestação do serviço por tempo superior ao atual e reduzir a frequência de licitações para aquisição dos ribbons. Logo, para esse possível cenário, a Equipe de Planejamento da Contratação, estima que serão necessários 128 ribbons com capacidade de 250 imagens cada ribbon. Cabe ressaltar, que também não houve manifestação de demanda adicional de ribbons por meio da Intenção Interna de Aquisição.

Em relação aos cartões de controle de acesso, considerando a demanda institucional de impressão de aproximadamente 4.000 unidades por ano, além de eventuais necessidades extraordinárias, destaca-se a preocupação em assegurar a continuidade da prestação do serviço por período superior ao atualmente praticado, bem como reduzir a frequência de processos licitatórios para aquisição de cartões. Nesse contexto, a Equipe de Planejamento da Contratação estima a necessidade de aquisição de 20.000 cartões. Cabe ressaltar, que também não houve manifestação de demanda adicional de cartões de controle de acesso por meio da Intenção Interna de Aquisição.

A estimativa de quantitativos para a presente contratação foi elaborada com base nas informações prestadas pelas unidades demandantes, considerando a previsão de consumo para o período de vigência inicial da Ata de Registro de Preços, bem como a possibilidade de eventual prorrogação, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

Para a vigência inicial de 12 (doze) meses o valor levantado junto às unidades demandantes foi de:

- Item 1 – Impressora: 1 unidade;
- Item 2 – Ribbon: 64 unidades;
- Item 3 – Cartão: 8.000 unidades.

Contudo, considerando-se que também são impressas segunda vias e existem demandas extraordinárias como o Ufla Portas Abertas, para vigência inicial de 12 (doze) meses, estima-se a demanda dos seguintes itens:

- Item 1 – Impressora: 1 unidade;
- Item 2 – Ribbon: 64 unidades;
- Item 3 – Cartão: 10.000 unidades.

Considerando a possibilidade de prorrogação da Ata por igual período, estima-se, para fins de planejamento a aquisição do mesmo quantitativo dos itens 2 e 3. A aquisição de demais unidades do item 1 ocorrerá caso os equipamentos em uso forem danificados ou caso surjam demandas não previstas de outras unidades.

Ressalta-se que os quantitativos acima indicados constituem mera estimativa de consumo, não gerando para a Administração a obrigação de contratação integral, a qual estará condicionada à efetiva necessidade, à conveniência administrativa e à disponibilidade orçamentária, conforme previsto na legislação aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

8. Levantamento de soluções

Foram consideradas 04 (quatro) possíveis soluções para a demanda de impressoras de cartões de identificação institucional e suprimentos, conforme a seguir:

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Aquisição de impressora compatível com ribbon original Zebra colorido para impressora ZXP Series 7 - YMCKO 750 impressões - código 800077-740BR, utilizado pela impressora operacional da UFLA e com estoque adquirido e disponível para utilização.
2	Aquisição de novo modelo de impressora com aquisição de suprimentos.
3	Contratação de empresa para manutenção das impressoras existentes.
4	Aquisição de impressora para impressão monocromática

9. Análise comparativa de soluções

Solução 01:

Aquisição de impressora da marca Zebra modelo ZXP Series 7 para que a impressão dos cartões, feita pela DGTI, utilize suprimentos de ribbons já existentes.

Essa solução é a que se encontra hoje na UFLA.

Tem-se em estoque 12 ribbons de 750 imagens, o que proporcionará a impressão de 4.500 cartões em frente e verso. Esses ribbons foram adquiridos para manter a continuidade do serviço de impressão dos cartões de identificação institucional devido à necessidade de não se interromper a prestação do serviço, até que se concluam novos processos licitatórios para aquisição de novos ribbons. Esse quantitativo em estoque atende a demanda média necessária para um período de 1 ano e 2 meses.

Solução 02:

Aquisição de um novo modelo de impressora juntamente com suprimento de ribbons compatíveis, na quantidade suficiente para manter a continuidade do serviço de impressão de cartões.

Solução 03:

Contratação de empresa para manutenção das impressoras. Nessa opção, seria contratada empresa especializada para realizar manutenção nas impressoras existentes.

Solução 04:

Aquisição de impressora para impressão monocromática

Requisitos		Cenários			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Negócio	Requisito 1	Atende	Atende	Atende	Atende
	Requisito 2	Atende	Atende	Atende	Não Atende
	Requisito 3	Atende	Atende	Atende	Não Atende
Tecnológicos	Requisito 1.1	Atende	Atende	Atende	Atende
	Requisito 1.2	Atende	Atende	Atende	Atende
	Requisito 1.3	Atende	Atende	Atende	Atende
	Requisito 1.4	Atende	Atende	Atende	Atende
	Requisito 1.5	Atende	Atende	Atende	Atende
	Requisito 1.6	Atende	Atende	Atende	Atende
	Requisito 1.7	Atende	Atende	Atende	Atende
	Requisito 1.8	Atende	Atende	Atende	Atende
	Requisito 1.9	Atende	Atende	Atende	Atende
	Requisito 1.10	Atende	Atende	Atende	Atende

Requisito 1.11	Atende	Atende	Atende	Atende
Requisito 2.1	Atende	Atende	Atende	Não atende
Requisito 2.2	Atende	Atende	Atende	Atende
Requisito 3.1	Atende	Atende	Atende	Atende
Resultado da análise	Viável	Viável	Viável	Inviável

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Solução 01

Embora atenda aos requisitos de negócio e tecnológicos levantados, a Solução 01 foi considerada inviável.

De antemão, conforme se pode observar no Anexo II deste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe de Planejamento da Contratação buscou pela impressora Zebra ZXP Series 7 na ferramenta de pesquisa de preços do Portal de Compras do Governo Federal e verificou que não há resultados. São encontradas apenas fitas para impressora Zebra e ainda assim para outros modelos de Zebra que não o que a UFLA possui. Na busca pelos suprimentos (ribbons), também não foram encontrados para o modelo Zebra ZXP Series 7. Também não foram encontradas aquisições recentes desse modelo de impressora e suprimentos por outros órgãos públicos.

Além da falta de resultados nos incisos prioritários de pesquisa de preços (incisos I e II da Instrução Normativa Seges/ME 65 /2021 - sistemas oficiais do governo e contratações similares, respectivamente), outros fatores relevantes a serem considerados são a obsolescência da impressora Zebra ZXP Series 7 e a crescente dificuldade em encontrar os ribbons compatíveis e específicos no mercado. Em buscas nos sítios eletrônicos, encontra-se a impressora, mas verifica-se dificuldade de disponibilidade dos ribbons, conforme se pode observar no Anexo III deste Estudo Técnico Preliminar. Embora haja um estoque dos suprimentos na Instituição, a obsolescência do equipamento, que está no mercado há mais de 10 anos, sugere que a disponibilidade contínua dos ribbons no mercado pode se tornar cada vez mais difícil e custosa, comprometendo a operacionalidade do equipamento no longo prazo, quando os suprimentos do estoque da UFLA acabarem.

Diante do exposto, ainda que viável tecnicamente, por questões de mercado e de obsolescência e também não sendo viável investir na manutenção (conforme se verá abaixo na Solução 03), a Solução 01 é inviável.

Solução 03

Embora atenda aos requisitos de negócio e tecnológicos levantados, a Solução 03, contratação de empresa para manutenção das impressoras existentes, foi considerada inviável devido a dificuldade burocrática, processual e o esforço gasto em transporte, orçamentação, além dos impactos na continuidade da prestação dos serviços.

Assim, a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação considerou inviável a contratação da manutenção das impressoras existentes, pois os equipamentos, cuja vida útil é 5 anos, já se encontram depreciados, foram adquiridos em 26 /05/2014 e 09/10/2014, ou seja, ambos já tem 10 anos de uso, além da obsolescência. Estima-se que já imprimiram, aproximadamente, 40.000 cartões. E ainda, para orçar o serviço, o setor ficaria sem impressoras para imprimir os cartões, haveria altos custos de transporte e orçamento (o orçamento também é cobrado pelas assistências técnicas). Assim, considerando também que não há assistência técnica em Lavras - MG, seria inviável buscar no interior de MG algumas assistências técnicas, transportar o equipamento, interromper os serviços e custear os orçamentos.

Em resumo, a Solução 03 foi considerada inviável por:

- Equipamentos adquiridos em 26/05/2014 e 09/10/2014, sem nenhuma manutenção até a presente data;
- Não se sabe da viabilidade de se consertar uma das impressoras que se encontra inativa há 36 meses;
- Interrupção do serviço de impressão de cartões (durante a manutenção);
- Alto custo de transporte interno;
- Orçamentos realizados pelas assistências técnicas são pagos;
- Dificuldade em se conseguir assistências próximas a Lavras-MG.

Solução 04

No processo de planejamento da contratação, foi analisada a possibilidade de adoção de impressoras de cartões de identificação institucional que operassem apenas no modo monocromático (preto e branco), visando avaliar eventual ganho econômico ou simplificação da solução tecnológica. A área técnica foi consultada sobre essa alternativa e apresentou parecer no sentido de que, do ponto de vista estritamente operacional, a impressão em preto e branco poderia atender à demanda de emissão dos cartões. Contudo, a decisão final sobre a adequação da solução foi submetida à área de negócio, responsável pela gestão do uso dos cartões no contexto institucional, especialmente no que se refere à identificação dos usuários e ao controle de acesso a espaços e serviços da Universidade.

Após análise, a área de negócio deliberou pela inviabilidade da utilização de impressoras monocromáticas. A justificativa reside no fato de que a impressão sem cores comprometeria a função primordial dos cartões de identificação, qual seja, a identificação visual imediata e inequívoca de discentes, servidores, terceirizados e demais usuários autorizados. A experiência prática acumulada pela instituição demonstrou que a diferenciação por meio de elementos visuais coloridos nos cartões contribui diretamente para a segurança, a rapidez e a confiabilidade nos processos de controle de acesso físico, notadamente no Restaurante Universitário e na Biblioteca da UFLA, ambientes de alta circulação de pessoas.

A adoção de cartões apenas em preto e branco traria riscos operacionais relevantes. Em primeiro lugar, reduziria a clareza das informações visuais impressas, dificultando a distinção entre perfis de usuários em situações de conferência manual. Em segundo lugar, fragilizaria os mecanismos de segurança, uma vez que cartões monocromáticos são mais suscetíveis à falsificação e à adulteração, dado o menor grau de complexidade gráfica. Em terceiro lugar, poderia gerar desconforto e problemas de usabilidade para a comunidade acadêmica, uma vez que a ausência de elementos gráficos coloridos compromete a padronização visual da identidade institucional da UFLA, que atualmente adota cartões coloridos como prática consolidada.

Diante desses fatores, a solução de impressão em preto e branco, ainda que tecnicamente viável, foi considerada inadequada sob os aspectos de negócio, segurança e identidade institucional. Portanto, para assegurar a continuidade dos serviços com qualidade, confiabilidade e aderência aos objetivos estratégicos da Universidade, optou-se pela aquisição de impressoras de cartões com capacidade de impressão colorida frente e verso. Essa decisão garante a adequada identificação dos usuários, preserva a eficiência dos sistemas de controle de acesso e assegura a integridade da política de identidade visual da instituição.

10.1. Análise Adicional: substituição imediata dos cartões institucionais por tecnologias alternativas

Durante a fase de planejamento da contratação, também foi analisada a possibilidade de substituição dos cartões de identificação institucional por outras tecnologias de autenticação, como biometria digital, reconhecimento facial, uso de dispositivos móveis ou soluções híbridas de controle de acesso. Essa análise teve como objetivo avaliar a viabilidade de adoção de tecnologias mais modernas, alinhadas a tendências de inovação em segurança da informação e automação de *campi* universitários.

Em diálogo com a Diretoria de Segurança, Logística e Campus Inteligente (DSLCI/PROINFRA) da Universidade Federal de Lavras, foi informado que a instituição já estuda a implementação de uma solução tecnológica de nova geração, que deverá substituir os cartões de identificação atualmente utilizados. No entanto, esse projeto encontra-se ainda em estágio preliminar de análise, exigindo um processo de maturação que inclui estudos de viabilidade técnica e econômica, testes de integração com os sistemas existentes, avaliação de impactos sobre a infraestrutura de TI, além de definição de protocolos de segurança e privacidade de dados.

Segundo a DSLCI/PROINFRA, antes da adoção em larga escala, será necessária a realização de um **projeto piloto** em ambiente controlado, com participação de um grupo restrito de usuários, de modo a aferir a robustez, confiabilidade,

usabilidade e custo da solução. Apenas após a conclusão dessa etapa será possível deliberar sobre a expansão para toda a comunidade acadêmica. Estima-se, portanto, que a plena substituição dos cartões institucionais por tecnologias alternativas se concretize no **médio prazo, entre três a cinco anos**.

Nesse cenário, a interrupção imediata do uso dos cartões, sem que a nova solução esteja consolidada, traria riscos significativos à prestação de serviços essenciais à comunidade acadêmica, tais como o acesso ao Restaurante Universitário, à Biblioteca, à Moradia Estudantil e a outros espaços de uso restrito. A ausência de um meio confiável e já consolidado de identificação e autenticação poderia gerar descontinuidade nos serviços, prejuízos operacionais e impacto negativo à rotina de milhares de usuários que dependem diariamente da agilidade do sistema atual.

Assim, até que a solução tecnológica alternativa esteja disponível, devidamente testada e validada, é imprescindível a **manutenção do sistema baseado em cartões institucionais**, com a modernização de sua infraestrutura de impressão e a garantia de fornecimento dos suprimentos necessários. Tal medida assegura a continuidade dos serviços, preserva a segurança nos controles de acesso e oferece previsibilidade administrativa e orçamentária para a Universidade.

Em síntese, a manutenção dos cartões no curto prazo não representa uma escolha de retrocesso tecnológico, mas sim uma decisão estratégica de transição planejada, que garante estabilidade e continuidade até que uma solução mais moderna, segura e sustentável esteja apta a substituir de forma integral o atual modelo adotado pela UFLA.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. Cálculo dos Custos Totais de Propriedade (TCO)

O cálculo dos Custos Totais de Propriedade, incluindo os dados e as memórias de cálculo para a única solução viável, encontra-se no Anexo IV deste Estudo Técnico Preliminar e as comprovações encontram-se no Anexo V

Solução Viável 2				
Descrição:				
Aquisição de novo modelo de impressora com aquisição de suprimentos.				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Impressora de cartão de identificação institucional	3	R\$ 9.876,13	R\$ 29.628,39
2	Cartão de proximidade	20.000	R\$ 1,80	R\$ 36.000,00
3	Fita ribbon mínimo 200 imagens	128	R\$ 358,21	R\$ 45.850,88

Total

R\$ 111.479,27

11.2. Mapa Comparativo dos Cálculos Totais de Propriedade (TCO)

Descrição da solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos			Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	
Solução Viável 2	R\$ 29.628,39			R\$ 111.479,27
	+	R\$ 22.925,44		
	R\$ 22.925,44	+	R\$ 0,00	
	+	R\$ 18.000,00		
	R\$ 18.000,00			

*Por tratar-se de atividade que não pode ser interrompida, a Equipe de Planejamento da Contratação estimou e sugere que a instituição se atente aos quantitativos de ribbon para a impressão no ano vigente e nos próximos, ou seja, 64 ribbons no ano 01 e 64 ribbons no ano 02; da mesma forma, sugere que se atente aos quantitativos dos cartões de acesso, 10.000 no ano 01 e 10.000 no ano 02.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Diante do estudado preliminarmente, a Solução 02 foi considerada a mais vantajosa para contratação - aquisição de novo modelo de impressora com aquisição de suprimentos de ribbons e cartões.

O objeto da presente contratação caracteriza-se como **bem comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133 /2021, uma vez que consiste na aquisição de **equipamentos e suprimentos de TIC com especificações usuais e padronizadas no mercado**, amplamente ofertados por diversos fornecedores.

As características técnicas dos itens a serem adquiridos são **objetivamente definidas**, baseadas em padrões amplamente difundidos no mercado, **não demandando soluções personalizadas, desenvolvimento específico ou avaliação subjetiva de desempenho**.

A aferição da qualidade e da conformidade dos bens pode ser realizada de forma **objetiva**, mediante a verificação do atendimento às especificações técnicas descritas, permitindo a comparação direta entre as propostas apresentadas.

Dessa forma, a contratação admite julgamento pelo critério de **menor preço**, sendo **adequada a adoção da modalidade pregão eletrônico**, conforme previsto no art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 111.479,27

O detalhamento da estimativa de custo total da contratação encontra-se no Anexo IV deste ETP.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

Tecnicamente, a escolha da Solução 02 se justifica por ser um equipamento mais novo, mais atualizado no mercado e de facilidade de se encontrar futura manutenção e suprimentos.

14.1. Do parcelamento da contratação decorrente de aspectos técnicos

Como os ribbons são específicos para cada modelo de impressora, é imprescindível que todos os itens sejam entregues pela mesma empresa, por questões de compatibilidade e interdependência. Sendo assim, em relação aos aspectos técnicos, esta licitação deverá agrupar esses 2 itens da Solução 02.

Já os cartões podem ser adquiridos de forma independente dos demais itens.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

Economicamente, a escolha da Solução 02 se justifica por refletir o valor de mercado, obtido em observância à legislação vigente. Os cálculos de gastos financeiros estão demonstrados no documento das pesquisas de preços e, em especial, no item 11 do presente ETP.

15.1. Do parcelamento da contratação decorrente de aspectos econômicos

Como os ribbons são específicos para cada modelo de impressora, esses itens não deverão ser disputados de forma independente pelos licitantes interessados, devido às características técnicas. Sendo assim, também em relação aos aspectos econômicos, esta licitação deverá agrupar os 2 itens da Solução 02, a fim de não gerar prejuízo para o conjunto, pois, uma vez comprados separadamente e não forem compatíveis, haverá um desperdício de recursos econômicos e a solução não funcionará, impossibilitando a prestação do serviço para a comunidade universitária.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Manter a continuidade do serviço de impressão dos cartões de identificação institucional;
- Aquisição de equipamento mais moderno;
- Melhor gestão das impressões.

17. Providências a serem Adotadas

Não se aplica.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A solução viável definida como a eleita (Solução 02) foi assim considerada por contemplar, tecnicamente e economicamente, as necessidades institucionais, conforme exposto ao longo deste Estudo Técnico Preliminar.

Diante do contexto estudado no presente ETP:

- Tratar-se de solução de impressão de cartão RFID cuja continuidade deve ser garantida pela instituição;
- Presença de ribbons e de uma impressora Zebra ZXP Series 7 ainda operacional;
- Alto custo de aquisição do modelo Zebra ZXP Series 7, dificuldade de alcance de manutenção, peças, suprimentos, e por se tratar de um modelo mais antigo, com poucos fornecedores e com fornecimento de ribbons limitados;
- Existência de novos modelos e marcas de impressoras.

A EPC sugere que:

- 1 - Seja realizada a aquisição de impressora de cartão de identificação institucional, com especificação técnica suficientemente adequada, que atenda a instituição e ainda seja economicamente mais vantajosa e em conformidade com a Solução Viável 02;
- 2 - Seja realizada, também, aquisição, por meio de agrupamento de itens, de ribbons para a nova impressora especificada, de forma a modernizar o parque de impressoras da instituição.

Considerando também que não é possível “abandonar” uma impressora legada e operacional na universidade, será possível manter a impressora Zebra modelo ZXP Series 7 operacional, dado que há estoque de ribbons para funcionamento, até o fim de sua vida útil e realizar a transição do modelo Zebra ZXP Series 7 para um modelo mais moderno, de menor custo fixo (impressora) e de maior competitividade nos suprimentos (ribbons).

Ou seja, é vantajoso para a administração tanto em termos de continuidade do serviço quanto para a modernização e aproveitamento econômico.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIANO SANTOS RODRIGUES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 05/02/2026 às 07:44:20.

MAIRO DE OLIVEIRA E SILVA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 05/02/2026 às 09:13:57.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Intenção Interna de Aquisição.pdf (558.04 KB)
- Anexo II - Anexo II - Impressora e ribbons - sistemas do governo.pdf (3.39 MB)
- Anexo III - Anexo III - Ribbons - sites.pdf (1.23 MB)
- Anexo IV - Anexo IV Custos Totais de Propriedade.pdf (523.88 KB)
- Anexo V - Anexo V - Comprovações Custos totais de propriedade.pdf (584.18 KB)

Anexo I

Intenção Interna de Aquisição



BRUNO DA SILVA GONCALVES <brunogoncalves@ufla.br>

Fwd: [GRUPO DE AQUISIÇÕES UFLA] Intenção interna de Aquisição de impressora de cartão de proximidade, fita ribbon para a impressora e cartões de controle de acesso

TATIANA SILVEIRA <tatiana.silveira@ufla.br>

24 de setembro de 2025 às 17:26

Para: BRUNO DA SILVA GONCALVES <brunogoncalves@ufla.br>

Forwarded Conversation**Subject: [GRUPO DE AQUISIÇÕES UFLA] Intenção interna de Aquisição de impressora de cartão de proximidade, fita ribbon para a impressora e cartões de controle de acesso**

De: FILIPE CARVALHO SILVA <admfilipe@ufla.br>

Date: qua., 6 de ago. de 2025 às 08:25

To: GRUPO DE AQUISIÇÕES UFLA <compras.ufla@ufla.br>

Prezados, Torna-se pública, por meio da Coordenadoria de Aquisições de Tecnologia da Informação - CAT/DGTI, a Intenção Interna de Aquisição de impressora de cartão de proximidade, fita ribbon para a impressora e cartões de controle de acesso. A Equipe de Planejamento da Contratação, designada pela Portaria SGV Nº 9, de 04 de junho de 2025, disponibiliza, em anexo, a planilha contendo os itens a serem considerados em processo de compra. Aquelas unidades interessadas em adquirir os referidos itens deverão manifestar os quantitativos a serem incorporados à compra até a seguinte data: Prazo para manifestação - 13/08/2025

Solicitamos que as manifestações sejam apresentadas por meio de resposta a este e-mail, na opção "responder a todos", e que seja submetida a planilha modificada com os pretendidos quantitativos a serem requisitados pela unidade, com as respectivas justificativas para compra (preenchendo as colunas "Unidade Requisitante na Intenção Interna", "Quantidade" e "Justificativa").

Não alterar os dados da planilha, apenas incluir a informação das quantidades e as justificativas. Alterações nos dados já postos na planilha, como especificação, serão desconsideradas.

Ressaltamos que as demandas manifestadas após o prazo estabelecido e/ou manifestadas por outra via que não este Grupo de Aquisições, também serão desconsideradas.

No caso das Unidades Acadêmicas, deverão apresentar a demanda consolidada considerando todos os departamentos que se vinculam à Faculdade/Instituto/Escola.

Atenciosamente,

Filipe Carvalho Silva

Coordenadoria de Aquisições de Tecnologia da Informação - CAT

Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação - DGTI

Superintendência de Governança - SGV

Universidade Federal de Lavras - UFLA

O conteúdo deste e-mail e anexos são restritos aos seus destinatários e de responsabilidade do remetente. O uso do e-mail deve estar de acordo com os regulamentos institucionais vigentes.

De: FILIPE CARVALHO SILVA <admfilipe@ufla.br>

Date: qui., 14 de ago. de 2025 às 08:01

To: GRUPO DE AQUISIÇÕES UFLA <compras.ufla@ufla.br>

Bom dia, Prezados.

Prazo para manifestação encerrado.

Atenciosamente,

Filipe Carvalho Silva

Coordenadoria de Aquisições de Tecnologia da Informação - CAT

Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação - DGTI

Superintendência de Governança - SGV

Universidade Federal de Lavras - UFLA

--

Atenciosamente,

Tatiana Silveira

Coordenadoria de Aquisições de Tecnologia da Informação - CAT

Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação - DGTI

Superintendência de Governança - SGV

Universidade Federal de Lavras - UFLA

O conteúdo deste e-mail e anexos são restritos aos seus destinatários e de responsabilidade do remetente. O uso do e-mail deve estar de acordo com os regulamentos institucionais vigentes.



Planilha Intenção Interna.xlsx

59K

Anexo II - Impressora e ribbons - sistemas do governo

Compras.gov.br - Pesquisa de

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

Pesquisa de Preços

Rascunho

Informações Básicas

Itens

Nota Técnica

Resumo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG 153032

Atualizado em 23/09/2025

Voltar

ANTOS RODRIGUES


Adicionar Item

Mediana

Ações

Catálogo Compras.gov.br

impressora de cartão zebra xzp serie 7



Pesquise itens do Catálogo Compras.gov.br no campo de busca acima.

21°C
Pred. nublado

Pesquisar

08:50
24/09/2025

Compras.gov.br - Pesquisa de P

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

Compras.gov.br - Pesquisa de P

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

Pesquisa de Preços

Rascunho

Informações Básicas

Itens

Nota Técnica

Resumo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG | 153032

Atualizado em 23/09/2025

Voltar

Adicionar Item

Mediana

Ações

Catálogo Compras.gov.br

impressora de cartão zebra xzp serie 7

MATERIAL

QUANTIDADE

Informe a quantidade

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

CARACTERÍSTICAS

Material - obrigatória

601818

Fita Impressora

Material: Ribbon De Cera

Cor: Colorida

Referência: 800012-445

Tipo Impressora 1: Zebra Xzp Série 8/9

480297

Fita Impressora

Material: Resina

Cor: Colorida

Características Adicionais: Impressão Por Termotr

ansferência/Sublimação Cera

Referência: Ribon Ymcko 75458

Tipo Impressora 1: Fargo Dtc 1500

479977

Fita Impressora

Temperaturas vão...

Pesquisar

08:58

24/09/2025

Compras.gov.br - Pesquisa de P

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

Pesquisa de Preços

Rascunho

Informações Básicas

Itens

Nota Técnica

Resumo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG | 153032

Atualizado em 23/09/2025

Voltar

Adicionar Item

Mediana

Ações

Catálogo Compras.gov.br

impressora de cartão zebra xzp serie 7

479977

MATERIAL

QUANTIDADE

Informe a quantidade

Digite a quantidade

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

CARACTERÍSTICAS

Material - obrigatória

Fita Impressora

Material: Resina

Tipo Impressora: Fargo

Características Adicionais: Part Number 45000

Referência: Ymcko Dtc 1000/1250e

474055

Fita Impressora

Material: Ribbon De Cera

Cor: Preta

Largura: 110 MM

Comprimento: 60 M

Tipo Impressora 1: Impressora Térmica Zebra Mo delo T1p284

Temperaturas vão...

Pesquisar

08:59

24/09/2025

Compras.gov.br - Pesquisa de P

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

Pesquisa de Preços

Rascunho

Informações Básicas

Itens

Nota Técnica

Resumo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG | 153032

Atualizado em 23/09/2025

Voltar

Adicionar Item

Mediana

Ações

Catálogo Compras.gov.br

impressora de cartão zebra xzp serie 7

MATERIAL

QUANTIDADE

Informe a quantidade

Digite a quantidade

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

CARACTERÍSTICAS

Material - obrigatória

474052

Fita Impressora

Material: Metálica

Cor: Dourada

Comprimento: 152 M

Tipo Impressora 1: Impressora Datacard 450

+

473383

Fita Impressora

Material: Ribbon De Cera

Cor: Colorida

Largura: 110 MM

Comprimento: 74 M

Características Adicionais: Metalizada

Tipo Impressora 1: Térmica Zebra Gt 800

+

Temperaturas vão...

Amanhã

Pesquisar

08:59

24/09/2025

Compras.gov.br - Pesquisa de P

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

Pesquisa de Preços

Rascunho

Informações Básicas

Itens

Nota Técnica

Resumo

Catálogo Compras.gov.br

impressora de cartão zebra xzp serie 7

Quantidade

Informe a quantidade

Unidade de Fornecimento

Selecione uma unidade de fornecimento

Características

Material - obrigatória

467087

Fita Impressora

Material: Pvc

Cor: Colorida

Características Adicionais: Original

Referência: Ymcko

Tipo Impressora 1: Hiti Card Printer Color Cs-2

+

462923

Fita Impressora

Material: Ribbon De Cera

Cor: Preta

Largura: 64 MM

Comprimento: 360 M

Tipo Impressora 1: Datamax

+

460571

Fita Impressora

+

Atualizado em 23/09/2025

Voltar

Adicionar Item

Mediana

Ações

Temperaturas vão...

Pesquisar

09:23

24/09/2025

Compras.gov.br - Pesquisa de P

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

Pesquisa de Preços

Rascunho

Informações Básicas

Itens

Nota Técnica

Resumo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG | 153032

Atualizado em 23/09/2025

Voltar

Adicionar Item

Mediana

Ações

Catálogo Compras.gov.br

impressora de cartão zebra zxp serie 7

MATERIAL

QUANTIDADE

Informe a quantidade

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

CARACTERÍSTICAS

Material - obrigatória

Material: Ribbon Cera/Resina

Cor: Preta

Largura: 110 MM

Comprimento: 74 M

Tipo Impressora 1: Impressora Térmica Zebra Gc4 20t

460565

Fita Impressora

Material: Náilon

Cor: Roxa

Largura: 4 MM

Tipo Impressora: Epson Erc 09

460564

Fita Impressora

Material: Ribbon De Cera

Cor: Preta

Temperaturas vão...

Pesquisar

09:34

24/09/2025

Compras.gov.br - Pesquisa de

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

Pesquisa de Preços

Rascunho

Informações Básicas

Itens

Nota Técnica

Resumo

Catálogo Compras.gov.br

impressora de cartão zebra xzp serie 7

Quantidade

Informe a quantidade

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

CARACTERÍSTICAS

Material - obrigatória

Material: Náilon

Cor: Preta

Largura: 1 CM

Comprimento: 6 CM

Características Adicionais: Cartucho

Tipo Impressora 1: Mettler Toledo Lc-P45

453894

Fita Impressora

Material: Ribbon De Cera

Cor: Preta

Largura: 110 MM

Comprimento: 360 M

Tipo Impressora 1: Impressora Térmica Sato Mod elo M-84pro

453808

Fita Impressora

Atualizado em 23/09/2025

Voltar

Adicionar Item

Mediana

Ações

Manchete sobre...

Powell diz que i...

Pesquisar

09:36

24/09/2025

Compras.gov.br - Pesquisa de P

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

Pesquisa de Preços

Rascunho

Informações Básicas

Itens

Nota Técnica

Resumo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG | 153032

Atualizado em 23/09/2025

Voltar

Adicionar Item

Mediana

Ações

Catálogo Compras.gov.br

impressora de cartão zebra xzp serie 7

MATERIAL

QUANTIDADE

Informe a quantidade

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

CARACTERÍSTICAS

Material - obrigatória

Material: Náilon

Cor: Preta

Largura: 33 CM

Comprimento: 7 CM

Tipo Impressora 1: Epson Lx-350

453807

Fita Impressora

Material: Ribbon De Cera

Cor: Preta

Largura: 110 MM

Comprimento: 74 M

Tipo Impressora 1: Impressora Térmica Zebra Mo

delo Tlp284

453250

Fita Impressora

Material: Náilon

Manchete sobre...

Pesquisar

09:36

24/09/2025

Compras.gov.br - Pesquisa de P

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

Pesquisa de Preços

Rascunho

Informações Básicas

Itens

Nota Técnica

Resumo

Catálogo Compras.gov.br

impressora de cartão zebra xzp serie 7

MATERIAIS

QUANTIDADE

UNIDADE DE FORNECIMENTO

CARACTERÍSTICAS

Informe a quantidade

Unidade de fornecimento

Material - obrigatória

453807

Fita Impressora

Material: Ribbon De Cera

Cor: Preta

Largura: 110 MM

Comprimento: 74 M

Tipo Impressora 1: Impressora Térmica Zebra Mo

delo Tlp284

453250

Fita Impressora

Material: Náilon

Cor: Preta

Comprimento: 10 M

Características Adicionais: Haste Curta

Referência: Modelo Cmi 600

Tipo Impressora 1: Dimep Horodatador li

Atualizado em 23/09/2025

Voltar

Adicionar Item

Mediana

Ações

Manchete sobre...

Pesquisar

09:37

24/09/2025

Compras.gov.br - Pesquisa de

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

Pesquisa de Preços

Rascunho

Informações Básicas

Itens

Nota Técnica

Resumo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG | 153032

Atualizado em 23/09/2025

Voltar

Adicionar Item

Mediana

Ações

Catálogo Compras.gov.br

impressora de cartão zebra xzp serie 7

MATERIAIS

QUANTIDADE

Informe a quantidade

Digite a quantidade

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

CARACTERÍSTICAS

Material - obrigatória

443107

Fita Impressora

Material: Ribbon De Cera

Cor: Colorida

Características Adicionais: Duplaface

Tipo Impressora 1: Zxp Série 3

+

440516

Fita Impressora

Material: Resina Para Transferência Térmica

Tipo Impressora: Fargo

Características Adicionais: Retransfer Film

Referência: 084500

+

440515

Fita Impressora

Material: Ribbon De Cera

Tipo Impressora: Fargo

Características Adicionais: Retransfer Film

Referência: 084500

+

Manchete sobre...

Pesquisar

09:37

24/09/2025

Compras.gov.br - Pesquisa de P

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

Pesquisa de Preços

Rascunho

Informações Básicas

Itens

Nota Técnica

Resumo

Catálogo Compras.gov.br

impressora de cartão zebra xzp serie 7

Materiais

MATERIAL

QUANTIDADE

UNIDADE DE FORNECIMENTO

CARACTERÍSTICAS

Informe a quantidade

Digite a quantidade

Selecione uma unidade de fornecimento

Material - obrigatória

431924

Fita Impressora

Material: Náilon

Cor: Azul

Largura: 10,50 MM

Comprimento: 16,50 M

Tipo Impressora 1: Protocoladora 2ld

431801

Fita Impressora

Material: Poliéster

Largura: 6,35 MM

Comprimento: 4 M

Tipo Impressora 1: Seladora Automática

430342

Fita Impressora

Material: Resina

Cor: Colorida

Atualizado em 23/09/2025

Voltar

Adicionar Item

Mediana

Ações

Úmido Agora

Pesquisar

09:37 24/09/2025

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

pesquisa de Preços

ascunho

Informações Básicas

Itens

Nota Técnica

Resumo

Catálogo Compras.gov.br

impressora de cartão zebra zxp serie 7

Materiais

MATERIAL

QUANTIDADE

Informe a quantidade

Digite a quantidade

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

CARACTERÍSTICAS

Material - obrigatória

430342

Fita Impressora

Material: Resina

Cor: Colorida

Tipo Impressora: Evolis R3011

Características Adicionais: Color Ymcko, 200 Cartões, Cartucho

Referência: Impressora Determo De Transferencia De Cartão Pvc

428239

Fita Impressora

Material: Náilon

Largura: 4 MM

Comprimento: 0.208 M

Tipo Impressora: Impressora Fh190

Atualizado em 23/09/2025

Voltar

Adicionar Item

Mediana

Ações

Umido

Agora

Pesquisar

09:37

24/09/2025

Compras.gov.br - Pesquisa de

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

Pesquisa de Preços

Rascunho

Informações Básicas

Itens

Nota Técnica

Resumo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG | 153032

Atualizado em 23/09/2025

Voltar

Adicionar Item

Mediana

Ações

Catálogo Compras.gov.br

impressora de cartão zebra xzp serie 7

MATERIAIS

QUANTIDADE

Informe a quantidade

Digite a quantidade

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

CARACTERÍSTICAS

Material - obrigatória

408086

Fita Impressora

Material: Ribbon De Cera

Cor: Preta

Largura: 60 MM

Comprimento: 450 M

Tipo Impressora: Impressora Térmica Zebra Mod elo S4m

405939

Fita Impressora

Material: Pvc

Cor: Colorida

Tipo Impressora: Hiti Card Printer Color Cs-320

Características Adicionais: Cartucho

Referência: Ymcko

Umido Agora

Pesquisar

09:38

24/09/2025

Compras.gov.br - Pesquisa de

pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/860968

Escola

Pesquisa de Preços

Rascunho

Informações Básicas

Itens

Nota Técnica

Resumo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG | 153032

Atualizado em 23/09/2025

Voltar

Mediana

Ações

Adicionar Item

Catálogo Compras.gov.br

impressora de cartão zebra xzp serie 7

Materiais

MATERIAL

QUANTIDADE

Informe a quantidade

Digite a quantidade

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

CARACTERÍSTICAS

Material - obrigatória

401095

Fita Impressora

Material: Politereftalato De Etileno

Cor: Colorida

Tipo Impressora: Zebra P430i

Características Adicionais: Color Ymcko, 200 Cartões, Cartucho

Referência: 800015-440br

394098

Fita Impressora

Material: Poliéster

Cor: Preta

Largura: 12,70 MM

Comprimento: 6.50 M

Tipo Impressora: Elgin

Quantidade Colunas: 40 UN

Referência: 1357

21°C

Nublado

Pesquisar

09:38

24/09/2025

Anexo III

Ribbons - sites

Código: 800077-742BR | Amarelo, Magenta, Ciano, Preto e Overlay

★★★★★ (5 / 5) - [Ver avaliações \(2\)](#)



ZEBRA

Qualidade Garantida
Produto Original Zebra

 **Revendedor Autorizado**

Imagens ilustrativas, em alguns casos as imagens podem ser diferentes dos produtos.

Descrição

Descrição Ribbon Zebra Colorido para Impressora ZXP Series 7

Fita de sublimação, policromático de resina térmica, imprimir até 750 imagens por rolo para impressoras de termo transferência de cartão de pvc, possibilitando impressão para os mais diferentes layouts.

Código do Produto: 800077-742BR | NCM: 96121019 | IPI Incluso: 20%

Fabricante: Zebra | Categoria(s): Ribbon para Impressora de Cartão PVC

Garantia: 2 anos (garantia balcão direto com fabricante)

 Site Seguro

Sob Consulta

SOLICITAR ORÇAMENTO

Sob encomenda - Prazo médio de 90 dias após pedido.

Gostaria de receber um e-mail quando esse produto entrar em estoque? [Sim, me avise quando chegar!](#)

Compre com quem é Especialista em
Automação Comercial

Veja opinião de outros clientes que já compraram com a Bz Tech:

👍 25/04/2025 por Pedro
Excelente atendimento. Faz a diferença. Grato



Resultados para: 'ribbon zebra'

+

← → ↻

syma.com.br/catalogsearch/result/?q=ribbon+zebra+zxp+serie+7

☆

📁

📄

Escola

⋮

Seja bem-vindo! Faça LOGIN ou CADASTRE-SE

☎ 44. 4009-9090 / 44. 3025-9090

PAGUE EM ATÉ 12X
no cartão de crédito

5% DESCONTO
no boleto ou depósito

SITE SEGURO
sua compra garantida

ribbon zebra zxp serie 7

OFERTAS RELÂMPAGO

GAMER

PERIFÉRICOS

ELETROPORTÁTEIS

HARDWARE

VÍDEO

IMPRESSÃO

TODOS OS DEPARTAMENTOS

Resultados para 'ribbon zebra zxp serie 7'

Nenhum resultado encontrado.

Fale conosco, estamos online! jivochat

3 Temperaturas vã...
Quinta-feira

12:36
23/09/2025

Ribbon ZXP Series 7

sealstore.com.br/ribbon_original_zebra_preto_para_impresora_zxp_series_7_2500_impressões

Escola

Sua localização


Loja Confiável

Contato

Minha conta

Carrinho de compras

Finalizar pedido



Segunda a sexta das 8:30h as 18h
(11) 99260-7937
(11) 2134-3870
(11) 2134-3829

Busca

0 - R\$ 0,00

Impressoras de Etiquetas

RFID

Impressoras de Cartão

Coletores

Leitores


Automação comercial

Etiquetas e Ribbons


Soluções

Busca Etiqueta


> Ribbon Original Zebra Preto para Impressora ZXP Series 7 - 2500 Impressões >




Venda e Entrega para todo Brasil




Diversas Opções com Frete Grátis



Achou Preço Menor? Negocie Conosco!



Opção de Pgto. após Receber o Produto



Ribbon Original Zebra Preto para Impressora ZXP Series 7 - 2500 Impressões

☆☆☆☆☆ 0 comentários / Escreva um comentário






Qtd

1

Solicitar Orçamento

Marca: Zebra Printers
Modelo: ZXP Series 7
SKU: 800077-701
Disponibilidade: Solicitar Orçamento

Atendimento Online



26°C
Parc ensolarado

Pesquisar

12:38
23/09/2025

Anexo IV

Custos Totais de Propriedade

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
121/2025	153032	Concluída	JULIANO SANTOS RODRIGUES

Título: Cotação Impressora de Cartão, Ribbon e Cartão

Observações:

Total de itens cotados: 3 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 111.459,0524

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
392350 - Impressora - Cartão / Crachá Capacidade: Mínima De 125 Cartões/Hora Colorido Frente E Verso , Capacidade Memória: 16 MB, Resolução Mínima: 300 DPI, Material Cartão: Pvc E Pvc Composto , Tamanho: Iso Cr-80 E Iso - 7810 , Interface: Windows Xp/2000/2003/Xp/7, Mac E Linux , Voltagem: 110/220 V, Frequência: 50/60 HZ, Características Adicionais: Software P /Criação De Banco De Dados E Modelos Pad	Unidade	3
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 5.953,0230	R\$ 10.789,8044	R\$ 9.876,1300
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 41,5310% Desvio Padrão: 4.481,1173 Maior Preço: R\$ 26.694,2000		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 8.869,9032	24/06/2025	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
9002706900242025			24/06/2025		1		Objeto: Aquisição de impressoras de cartão PVCpara a impressão de crachás.
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Federal			90027		SISPP		Dispensa
Fornecedor					Marca/modelo		
RFM GONCALVES LICITACOES PUBLICAS LTDA					CONFORME TR		
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
Outros - 1,07%			-		-		Acesse a compra
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 6.290,0000	24/06/2025	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
12007305900352025		24/06/2025		8	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais permanentes para atender as necessidades da Base Aérea de Florianópolis, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades eexigências estabelecidas no edital e seus anexos.		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Federal		120073		SISRP	Pregão		
Fornecedor				Marca/modelo			
RAFAEL NOTORIO DE SOUSA GOMES				ZENIUS			
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital	Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 8.770,0000	30/05/2025	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
72300006900132025		30/05/2025		4		Objeto: A presente contratação tem como objetoa aquisição de 1 (uma) impressora térmica especializada para confecção de crachás de identificação funcional e institucional, com capacidadede impressão em PVC, frente e verso, em cores,bem como os insumos necessários para a produção e impressão desses crachás, destinados ao Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV).	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		723000		SISPP		Dispensa	
Fornecedor				Marca/modelo			
ASL COMERCIO E SERVICOS LTDA				ENERGY STAR // SIMI			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		-		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 6ª - PE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 10.106,9100	23/05/2025	Sim

Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
38922206900012025		23/05/2025		1		Objeto: O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, por dispensa de licitação, de impressoras de cartão em PVC e respectivos insumos (ribbon), equipada com módulo de laminação e tecnologia deimpressão por transferência térmica, compatível com laminação original para impressão frente e verso (duplex), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		389222		SISPP		Dispensa	
Fornecedor				Marca/modelo			
ROGERIO LUIS DE LIMA BARROS - SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA				Impressora Sigma DS3			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
Outros - 2,09%		-		-		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	PMSP - SUBPREFEITURA CAMPO LIMPO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 9.523,1400	24/04/2025	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
92506705900072025			24/04/2025		1		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição DE IMPRESSORA DE CRACHÁ E INSUMOS
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Municipal			925067		SISPP		Pregão
Fornecedor					Marca/modelo		
CHEIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS SERVICOS IMPORTACAO LTDA					Fargo HID		
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
Outros - 1,31%			-		Acesse o Edital		Acesse a compra
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 7.716,2800	25/03/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
92630305900012025		25/03/2025		1		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de 02 (duas) impressoras de crachá e insumos para o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, conforme exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Estadual		926303		SISPP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
RIBBON & PRINTER LTDA				EVOLIS			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
Outros - 1,53%		-		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

i7	I	MINISTERIO DO TURISMO - MTUR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 9.645,3500	20/03/2025	Sim
----	---	---	---	---------	----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
54000406000692025	20/03/2025	1	Aquisição de impressora e materiais para confecção/impressão de crachás de identificação.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	540004	SISPP	Dispensa
Fornecedor		Marca/modelo	
CJ&M SOLUCOES COMERCIAIS LTDA		EVOLIS	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
Outros - 1,53%	-	-	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Sem critério de julgamento			

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
DF/Brasília	Esplanada Ministérios Bloco U	70065900	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

8	I	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 9.006,8075	18/03/2025	Sim
---	---	--	---	---------	----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15400306900032025	18/03/2025	1	Objeto: Aquisição, por dispensa de licitação, de 01 (uma) impressora de cartões/crachás (ribbons coloridos), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	154003	SISPP	Dispensa
Fornecedor		Marca/modelo	
FORTALEZA COMERCIO E SERVICOS LTDA		ml	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
Outros - 1,53%	-	-	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	BANCO CENTRAL DO BRASIL-ORC. FISCAL/SEG.SOCIAL - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 6.704,9400	14/02/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
17908706908412025		14/02/2025		1		Objeto: Impressoras de crachá (3). Método:transferência térmica direta para o cartão por difusão de tinta (Ribbon);Ac/ software para edição de crachá,sem limitações; CompativeL:Microsoft Windows(10 ou 11);Impressão colorida com resol. mínima de 300DPI,em frente e verso de cartões MIFARE de PVC, dimensões:85x54mm;Veloc.de impressão:200cph modo colorido (Ribbon YMCKO-uma face);Plug-and-play;USB2.0/ethernet 10 /100mbps;bivolt;Garantia mínima-2 anos; Referência- Zebra ZC 300 ou superior	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		179087		SISPP		Dispensa	
Fornecedor				Marca/modelo			
MCS COMERCIO E SERVICOS INTEGRADOS LTDA				Zebra ZC300			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
Outros - 1,59%		-		-		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	1	Unidade	R\$ 6.000,0000	13/02/2025	Não
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
72000006900052025			13/02/2025		3		Objeto: Aquisição de Material Permanente
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Federal			720000		SISPP		Dispensa
Fornecedor					Marca/modelo		
SC BRASIL GROUP SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA					Entrust		
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			-		-		Acesse a compra
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

11

I

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO
MAT.G.DO SUL - Compras.gov.br

10

Unidade

R\$ 8.508,3300

16/01/2025

Sim

Id da Compra

15813205902012024

Comprado em

16/01/2025

Nº do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico -
Aquisição de impressora de crachá
e insumos (ribbons)

Esfera

Federal

UASG

158132

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

PRO INK - SUPRIMENTOS E MAQUINAS DE IMPRESSAO LTDA.

Marca/modelo

PRIMACY

Índice e Valor

Outros - 2,51%

Ata

[Acesse a Ata](#)

Editais

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

12

I

COMANDO DA AERONÁUTICA -
Compras.gov.br

3

Unidade

R\$ 7.000,0000

26/12/2024

Não

Id da Compra

12063805000052023

Comprado em

26/12/2024

Nº do Item

105

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro
de preços para aquisição de
materiais e equipamentos
deinformática e de eletroeletrônicos
em geral para a Base Aérea de
Campo Grande.

Esfera

Federal

UASG

120638

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

CHEIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS SERVICOS IMPORTACAO LTDA

Marca/modelo

DTC1250 SINGLE + ETH

Índice e Valor

-

Ata

[Acesse a Ata](#)

Editais

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

i13	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 11.543,8400	25/12/2024	Sim
-----	---	--------------------------------------	---	---------	-----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
8000606000782024	25/12/2024	1	Aquisição de impressora de cartão PVC, com garantia e suporte técnico para este TRT6.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	80006	SISPP	Dispensa
Fornecedor	Marca/modelo		
51.750.663 THIERREZ MATHEUS ALVES SALES	Zebra Zc300		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
Outros - 3,07%	-	-	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Sem critério de julgamento			

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
PE/Recife	Cais Apolo 739	50030902	2

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

i14	I	MINISTERIO DO TURISMO - MTUR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 11.543,8400	22/12/2024	Sim
-----	---	---	---	---------	-----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
54000406000582024	22/12/2024	1	Contratação, por dispensa de licitação, para a aquisição de de impressora e materiais para confecção/impressão de crachás de identificação, nos termos, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e anexos.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	540004	SISPP	Dispensa
Fornecedor	Marca/modelo		
44.770.557 JOSE NEGROMONTE GUERRA JUNIOR	ZEBRA ZC300 DUPLEX		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
Outros - 3,07%	-	-	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Sem critério de julgamento			

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
DF/Brasília	Esplanada Ministérios Bloco U	70065900	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 6.870,0000	05/12/2024	Não
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
79550006901642024			05/12/2024		1		Objeto: Aquisição de uma impressora de cartões e crachás
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Federal			795500		SISPP		Dispensa
Fornecedor					Marca/modelo		
B2R SOLUCOES E VENDAS LTDA					tr		
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			-		-		Acesse a compra
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 7.266,9330	03/12/2024	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
13510006900222024			03/12/2024		1		Objeto: Impressora de Cartão PVC com impressão frente e verso. OBS: EM CASO DE DIVERGÊNCIAS ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO CATMAT E AS DO TERMO DE REFERÊNCIA, PREVALECERÃO AS DO TERMO DE REFERÊNCIA.
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Federal			135100		SISPP		Dispensa
Fornecedor					Marca/modelo		
MARFAP COMERCIAL LTDA					Zebra		
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
Outros - 1,07%			-		-		Acesse a compra
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 5.953,0230	25/11/2024	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
16032705900252024		25/11/2024		41	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de soluções de vigilância e controle de acesso para a composição de Sistema Integrado de Segurança doIME		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Federal		160327		SISRP	Pregão		
Fornecedor				Marca/modelo			
CJ&M SOLUCOES COMERCIAIS LTDA				CONF TR			
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
Outros - 1,07%		Acesse a Ata		Acesse o Edital	Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 6.491,3900	14/11/2024	Não
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
38019306900182024			14/11/2024		1		Objeto: Aquisição de Impressora térmica para cédulas de identidade funcional.
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Estadual			380193		SISPP		Dispensa
Fornecedor					Marca/modelo		
CJ&M SOLUCOES COMERCIAIS LTDA					IDP CUBO2		
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			-		-		Acesse a compra
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 19	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 10.757,0229	16/10/2024	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
93010506000682024		16/10/2024		1		Aquisição de uma impressora, software, equipamento de manutenção, furador ovoide e insumos para confecção de crachas de identificação.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Estadual		930105		SISPP		Dispensa	
Fornecedor		Marca/modelo		Edital		Compra	
AKAD TECNOLOGIA COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.		HID FARGO		-		Acesse a compra	
Índice e Valor		Ata					
Outros - 2,03%		-					
Critério Julgamento Item							
Sem critério de julgamento							

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
SP/Jacarei	Praça Três Poderes 74	12327901	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
20	I	MINSTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 26.694,2000	18/09/2024	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
81000506900032024		18/09/2024		1		Objeto: Aquisição de 02 (duas) impressoras de crachás e a compra dos insumos necessários para seu funcionamento, consistindo em 25 (vinte) unidades de fitas para impressão compatíveis com as máquinas e kit de limpeza incluso juntamente com os ribons, para confecção de crachá, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		810005		SISPP		Dispensa	
Fornecedor		Marca/modelo		Edital		Compra	
44.770.557 JOSE NEGROMONTE GUERRA JUNIOR		ZEBRA		-		Acesse a compra	
Índice e Valor		Ata					
Outros - 2,67%		-					
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
21	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 15.862,5150	16/09/2024	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
15814406900292024		16/09/2024		1		Objeto: Aquisição de de materiais para atendera 9ª edição do JIFMT-2024 no Instituto Federalde Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso- Campus Avançado Sinop, conforme condiçõesestabelecidas no Aviso de Dispensa e documentos anexos.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		158144		SISPP		Dispensa	
Fornecedor				Marca/modelo			
SHS SOLUCOES INTEGRADAS LTDA				Entrust			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
Outros - 2,67%		-		-		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 10.171,5169	14/09/2024	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
15812206900632024			14/09/2024		1		Objeto: Aquisição de Impressora de cartão/crachá e seus insumos para o IFMG Campus Ibirité
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Federal			158122		SISPP		Dispensa
Fornecedor					Marca/modelo		
EMPREENDIMENTOS WG LTDA					ZEBRA		
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
Outros - 2,67%			-		-		Acesse a compra
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

23	I	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS-MT - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 37.842,0000	06/09/2024	Não
----	---	--	---	---------	-----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92970705900062024	06/09/2024	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Pregão para aquisição de itens de informática dos itens revogados no Certame anterior, para atender as necessidades do CRECI/MT.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	929707	SISRP	Pregão
Fornecedor		Marca/modelo	
CJ&M SOLUCOES COMERCIAIS LTDA		ZXP SERIES 7	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

24	I	MINISTERIO DOS TRANSPORTES - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 10.440,0000	05/09/2024	Não
----	---	---	---	---------	-----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
39000406900132024	05/09/2024	1	Objeto: Item 1 - 1 (uma) impressora para cartões PVC/crachá, 4 (quatro) ribbon pretos compatíveis com a impressora, 3 (três) ribbon coloridos compatíveis com a impressora e; 2 (dois) kit de limpeza. Item 2 - 1000 (mil) prendedores de crachá; 1000 (mil) protetores de crachá e; 1000 (mil) cordões de crachá. Vide especificações complementares no Aviso de Dispensa e Termo de Referência anexos.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	390004	SISPP	Dispensa
Fornecedor		Marca/modelo	
MCS COMERCIO E SERVICOS INTEGRADOS LTDA		Zebra Cubo Datacard	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i25	I	PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 12.027,7905	01/09/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
11000106000072024	01/09/2024	2	Aquisição de impressoras térmica e de laminação de segurança de cartão em PVC e os suprimentos
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	110001	SISPP	Dispensa
Fornecedor	Marca/modelo		
PRO INK - SUPRIMENTOS E MAQUINAS DE IMPRESSAO LTDA.	EVOLIS CLM - CARD LAMINATION MODULE		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
Outros - 2,67%	-	-	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Sem critério de julgamento			



Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
DF/Brasília	Praça Três Poderes s/n	70150900	2

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
26	I	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST.TRANSPORTES - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 12.314,1371	23/08/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
39300306900082024	23/08/2024	1	Objeto: Aquisição de impressoras de cartões/crachás
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	393003	SISPP	Dispensa
Fornecedor	Marca/modelo		
ANM NEGOCIOS LTDA	Evolis		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
Outros - 2,67%	-	-	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
27	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 5.050,0000	15/07/2024	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
76570006900672024		15/07/2024		1		Objeto: Aquisição de Impressora Crachá para o Centro Médico Assistencial da Marinha, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		765700		SISPP		Dispensa	
Fornecedor		Marca/modelo					
SLLIMA COMERCIO E SERVICOS OFFSHORE LTDA		CONFORME EDITAL					
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		-		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
431810 - Cartão Identificação Material: Pvc , Comprimento: 86 MM, Largura: 54 MM, Características Adicionais: Adesivado , Espessura: 0,46 MM, Cor: Branca	Unidade	20000
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 1,0106	R\$ 2,6245	R\$ 1,7990
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 81,1545%		
Desvio Padrão: 2,1299		
Maior Preço: R\$ 6,8400		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	1300	Unidade	R\$ 1,7990	13/06/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
4000306900012025		13/06/2025		3		Objeto: Aquisição de materiais para a confecção de crachás de identificação e de papéis de diversos formatos e gramaturas para a impressão e confecção de materiais gráficos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		40003		SISPP		Dispensa	
Fornecedor				Marca/modelo			
CJ&M SOLUCOES COMERCIAIS LTDA				PRIME			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
Outros - 1,07%		-		-		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 1,8927	20/08/2024	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra	
72030506900452024			20/08/2024		2	Objeto: Aquisição de cartões para confecção de crachá de acesso	
Esfera			UASG		Forma	Modalidade	
Federal			720305		SISPP	Dispensa	
Fornecedor			Marca/modelo				
CHEIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS SERVICOS IMPORTACAO LTDA			ALACH				
Índice e Valor			Ata		Edital	Compra	
Outros - 5,15%			-		-	Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	5030	Unidade	R\$ 1,0106	28/06/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92573405900082024	28/06/2024	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresaprestadora de serviço especializado na confecção e fornecimento de crachás de identificação funcional e acessórios de crachás. Conforme descrição anexo I do edital.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925734	SISRP	Pregão
Fornecedor	Marca/modelo		
LEVIT COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS TECNOLOGICOS LTDA	NA		
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
Outros - 6,38%	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data
4	III	WJ Componentes Eletrônicos - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 1,5800	04/07/2025

Data da Cotação	Marca/Modelo
04/02/2026	Cartão RFID 125 KHz
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico
07:18	https://www.wjcomponentes.com.br/pecas-cnc-e-impressora-3d/driver/cartao-rfid-13-56mhz?parceiro=6298&gad_source=1&gclid=CjOKCQjwy46_BhDOARIsAlvmcwNOPEvqh2dnrnb3GdJrXh_TbXhA6rD7hEkMCQqAByXaXSjyjkYAnlQaAu3iEAL

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	III	Tech Makers - Sítios Eletrônicos Especializados	200		R\$ 1,4393	30/07/2025	Não

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
30/07/2025	Cartão de Proximidade Tech Makers 13,56Mhz Iso 200 unidades	-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
08:41	https://www.techmakers.com.br/produto/cartao-de-proximidade-tech-makers-13-56mhz-iso-200-unidades-70518	Orçamento cartão 2.jpg

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	III	Canal Automação LTDA - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 6,8400	04/02/2026	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
04/02/2026	Cartão de Proximidade Mifare Smart Card Branco	-

Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
09:23	https://www.canalautomacao.com.br/cartao-de-proximidade-mifare-branco/?srsltid=AfmBOoo_ymDO85GLHiwJaWfVgQz0HszoX8-rko2rwWzYqU0ARMXLMeGI	-

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
445147 - Ribbon Material: Resina , Largura: 110 MM, Comprimento: 91 M, Cor: Colorido , Aplicação: Impressora Térmica	Unidade	128
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 297,7629	R\$ 358,2083	R\$ 375,0000
Coeficiente de Variação: 14,6587% Desvio Padrão: 52,5087 Maior Preço: R\$ 434,3786		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PMSP-SECRETARIA MUNIC DE DESENVOLV ECO E TRAB - Compras. gov.br	4	Unidade	R\$ 297,7629	28/07/2025	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92506406900052025	28/07/2025	3	Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de impressora térmica para cartões em PVC com tecnologia de impressão por sublimação, cartões em PVC padrão CR-80, fitas de impressão (ribbons) coloridas compatíveis com a impressora fornecida e cordões de pescoço com clip metálico para fixação de crachás.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	925064	SISPP	Dispensa
Fornecedor	Marca/modelo		
RAFAEL NOTORIO DE SOUSA GOMES	EVOLIS		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
Outros - 0,94%	-	-	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 146,5650	30/06/2025	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
15851606960042025		30/06/2025		3		Objeto: Insumos de impressão para o campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		158516		SISPP		Dispensa	
Fornecedor		Marca/modelo					
EMPORIUM FOR HOME LTDA		.					
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		-		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Maior Desconto							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 434,3786	30/06/2025	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
15851606960042025			30/06/2025		2		Objeto: Insumos de impressão para o campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC.
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Federal			158516		SISPP		Dispensa
Fornecedor					Marca/modelo		
56.100.765 JULIANA DA SILVA BISCHOFF					Conforme TR		
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
Outros - 1,07%			-		-		Acesse a compra
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 450,0000	25/03/2025	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
92630305900012025		25/03/2025		2		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de 02 (duas) impressoras de crachá e insumos para o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, conforme exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Estadual		926303		SISPP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
RIBBON & PRINTER LTDA				EVOLIS			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras. gov.br	3	Unidade	R\$ 150,0000	04/11/2024	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
15840306900042024		04/11/2024		3		Objeto: O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, por dispensa de licitação, de motobombas,bombas centrífugas, bombas submersas e ribbonspara impressão de etiquetas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nesteAviso de Contratação Direta e seus anexos.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		158403		SISPP		Dispensa	
Fornecedor				Marca/modelo			
ALMIR GUERIERI				MASTERCORP			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		-		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 745,0000	12/08/2024	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
45307906920642024		12/08/2024		2		Objeto: Contratação direta por dispensa de processo licitatório para aquisição de insumos de Cartão de Crachá, para atender a demanda do Setor de Recursos Humanos da Polícia Científica doParaná.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Estadual		453079		SISPP		Dispensa	
Fornecedor				Marca/modelo			
BISON LTDA				Evolis			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		-		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	III	Proink Suprimentos - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 383,9000	04/02/2026	Sim
Data da Cotação		Marca/Modelo		Informações Adicionais			
04/02/2026		RIBBON COLOR EVOLIS PARA ZENIUS E PRIMACY 200 IMPRESSÕES – R5F002A11		-			
Hora da Cotação		Endereço Eletrônico		Anexos			
07:34		https://proinksuprimentos.com.br/product/ribbon-color-evolis-para-zenius-e-primacy-200-impresses-r5f002a11/		Orçamento 1.jpg, Ribbon 01.jpg			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	III	Pluscars - Loja oficial do Grupo Flexcards - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 375,0000	04/02/2026	Sim
Data da Cotação		Marca/Modelo		Informações Adicionais			
04/02/2026		Fita Ribbon original para impressoras Primacy 2		-			
Hora da Cotação		Endereço Eletrônico		Anexos			
07:36		https://www.pluscards.com.br/ribbons/ribbons-evolis/ribbon-evolis-r5f208a100-colorido?srsItd=AfmBOorxADVVhl5HDU-OnYBXkLXNDRqZcHFh5CTeM_irorlkJ6FNXXw4		Orçamento 2.jpg, Orçamento 2.1.jpg, Ribbon 02.jpg, Ribbon 02.1.jpg			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	III	Rei dos Ribbons - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 300,0000	04/02/2026	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
04/02/2026	Ribbon Evolis N5F208A102 YMCKO - 300 impressões p/ Primacy 2	-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
07:39	https://www.reidosribbons.com.br/ribbons-para-cartoes-e-crachas-fitas-de-impressao/evolis/ribbon-evolis-primacy-2/ribbon-evolis-n5f208a102-ymcko-300-impressoes-p-primacy-2	Orçamento 3.jpg, Ribbon 03.jpg

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Nota Técnica

NOTA TÉCNICA

Na condição de integrante técnico da equipe de planejamento da contratação, instaurada pela Portaria SGV nº 9, de 4 de junho de 2025, alterada pela Portaria SGV nº 14, de 18 de agosto de 2025, prorrogada pela Portaria SGV nº 20, de 2 de setembro de 2025,tendo em vista a Pesquisa de Preços, nessa fase do processo 23090.012335/2025-71, venho apresentar os valores estimados para a aquisição de impressora de cartões de identificação institucional, fita ribbon para a impressora e cartões de controle de acesso.

As pesquisas de preços realizadas atendem aos seguintes incisos do art. 5º da Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 7 de julho de 2021:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso

As estimativas de preços dos itens não consideraram os valores constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicados pela Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, devido a esses itens não estarem presentes nos referidos catálogos.

Ressaltamos que a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência do objeto pretendido foi:

- Item 01 - Solução 02: utilizou-se da mediana, que fora o menor entre os valores de média e mediana, por ter sido realizada a pesquisa de preços para esse item segundo o inciso I da Instrução Normativa Seges/ME 65/2021;
- Item 02 - Solução 02: foi utilizada a mediana, tendo em vista o coeficiente de variação ser maior que 25%;
- Item 03 - Solução 02: foi utilizada a média, tendo em vista o coeficiente de variação ser menor que 25%.

Tabelas de Valores Estimados da Pesquisa de Preços para a Solução Viável 02

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Impressora de cartão de identificação institucional	3	R\$ 9.876,13	R\$ 29.628,39
2	Cartão de proximidade	20.000	R\$ 1,80	R\$ 36.000,00
3	Fita ribbon mínimo 200 imagens	128	R\$ 358,21	R\$ 45.850,88
Total:				R\$ 111.479,27

Critérios para seleção dos preços que compuseram a pesquisa pelo inciso I para os itens 1 e 3 da Solução Viável 2

O objeto contratado nas pesquisas eram diferentes ou não compatíveis com o objeto de contratação procurado.

Foram encontradas e descartadas pelo motivo citado acima as seguintes contratações públicas:

Solução 02:

Item 1

- Pregão Eletrônico N° 90035/2025 (SRP) (Lei 14.133/2021) UASG 120073 - MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC - Trata-se de impressora simplex
- Dispensa Eletrônica N° 90013/2025 (Lei 14.133/2021) UASG 723000 - CENTRO DE ANALISES E SISTEMAS NAVAIS - MM/RJ - Trata-se de impressora simplex
- Dispensa Eletrônica N° 90005/2025 (Lei 14.133/2021) UASG 720000 - ESTADO-MAIOR DA ARMADA - Trata-se de impressora simplex
- Pregão Eletrônico N° 5/2023 (SRP) (Lei 14.133/2021) UASG 120638 - BASE AÉREA DE CAMPOGRANDE - Trata-se de impressora simplex
- Dispensa Eletrônica N° 90164/2024 (Lei 14.133/2021) UASG 795500 - BASE DE FUZILEIROS NAVAIS DO RIO MERITI - Trata-se de impressora simplex
- Dispensa Eletrônica N° 90018/2024 (Lei 14.133/2021) UASG 380193 - SP-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO ADM.PENIT4 - Trata-se de impressora simplex
- Pregão Eletrônico N° 90006/2024 (SRP) (Lei 14.133/2021) UASG 929707 - CONSELHO REG DE CORRET DE IMOVEIS 19ª REGIÃO - Das séries de preços encontrados a cotação foi desconsiderada devido ao preço muito acima dos demais cotados.
- Dispensa Eletrônica N° 90013/2024 (Lei 14.133/2021) UASG 390004 - COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS - Trata-se de impressora simplex

- Dispensa Eletrônica N° 90067/2024 (Lei 14.133/2021) UASG 765700 - CENTRO MEDICO ASSISTENCIAL DA MARINHA - Trata-se de impressora simplex

Item 2

- Foi atualizada em 04/02/26 a pesquisa de preços realizada em 30/07/2025. Na cotação da Tech Makers no link (<https://www.techmakers.com.br/produto/cartao-de-proximidade-tech-makers-13-56mhz-iso-200-unidades-70518>), ao se atualizar, foi verificado que o link do site não estava mais disponível, sendo substituída pela pesquisa no site Canal Automação (https://www.canalautomacao.com.br/cartao-de-proximidade-mifare-branco/?srsltid=AfmBOoo_ymDO85GIHwJaWfVgQz0HszoX8-rko2rwWzYqU0ARMXLMeGI)

Item 3

- Pregão Eletrônico N° 90010/2025 (SRP) (Lei 14.133/2021) UASG 927487 - CONSELHO REG. DOS TECNICOS INDUSTRIAIS 4ª-SC - Ribbon com quantidade de impressões inferior ao solicitado na licitação.
- Dispensa Eletrônica N° 96004/2025 (Lei 14.133/2021) UASG 158516 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUC.CIENC.E TEC.DE SC - Trata-se de Ribbon para impressão preto/branco.
- Dispensa Eletrônica N° 90004/2024 (Lei 14.133/2021) UASG 158403 - INST.FED.DA BAHIA/CAMPUS CAMAÇARI - Trata-se de Ribbon para impressão preto/branco.
- Pregão Eletrônico N° 90001/2025 (Lei 14.133/2021) UASG 926303 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA - - Trata-se de Ribbon para impressão preto/branco.
- Dispensa Eletrônica N° 92064/2024 (Lei 14.133/2021) UASG 453079 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA-PR - Das séries de preços encontrados a cotação foi desconsiderada devido ao preço muito acima dos demais cotados.

Relatório emitido em 04/02/2026 09:32

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$


- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Anexo V Comprovações - Custos Totais de Propriedade

Cartão RFID 125 KHz - Lector R


wjcomponentes.com.br/peças-cnc-a-impressora-3d/driver/cartao-rfid-13-56mhz?parceiro=6288&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwy46_BhDOARsAlvmcwNORvqhZdmrnb3GdlrXh_TbXhA6rD7hEiMCQqA8yXaXSyykYAnKQaAu3iEALw_wcB

Pesquise aqui

Nossos Contatos

As melhores Promoções

Entrar ou Cadastrar



Na WJ Componentes, seu próximo projeto ganha vida! Garanta já seus compo

Placas Arduino

KiTs

ESPs


Automação Residencial

Termostato

Ferramentas

Ver Mais

Home / Shields / Shield / Cartão RFID 125 KHz



Cartão RFID 125 KHz

★★★★★
Seja o primeiro a opinar

Disponibilidade: Imediata

R\$ 1,58
R\$ 1,53 à vista com desconto Pix - Vindi

1

+

-




Comprar

* Aqui sua compra é 100% segura, compre com tranquilidade.

Dúvidas?


Frete e prazo de entrega

Informe seu cep. [CALCULAR](#)



Chuva forte Hoje

Pesquisar



07:10


04/02/2026

Cartão de Proximidade Mifare

canalautomacao.com.br/cartao-de-proximidade-mifare-branco/?arstid=Afm8Doo_ymDO65GHwleWfVgQz0HtzoX8-rko2rwWzYqU0ARM0LMeGI


11 3522-3546 41 4043-8240

Entrar

Pesquisar

Meus dados

Meus pedidos



Toda a loja

Antifurto

Controle de Acesso

Relógio de Ponto

Sistema de Ponto

Suporte Técnico


Página inicial


Suprimentos e Acessórios


Cartões


Smart Card / Mifare

Cartão de Proximidade Mifare Smart Card Branco










Cartão de Proximidade Mifare Smart Card Branco

Cód.: 5311

Marca: Henry

 (0)

Por ~~R\$6,84~~ ou **R\$6,50/uni** no boleto

Compra mínima de 20 unidades

1x de R\$6,84 sem juros
R\$6,50 no boleto (-5%)
R\$6,50 com PIX (-5%)

20

COMPRAR

Comprar pelo WhatsApp

DESCRIÇÃO

Calcula frete e prazo

Divida em 3x

OK

PROSSEGUIR

Rejeitar

1 mm de chuva

Sábado

Pesquisar

09:21

04/02/2026



RIBBON COLOR EVOLIS PARA 2

proinksuprimentos.com.br/product/ribbon-color-evolis-para-zenius-e-primacy-200-impressoes-r5f002a11/


(11) 4329-4001 - contato@proinksuprimentos.com.br

PROiNK
SUPRIMENTOS

HOMELOJASOBRE A PROiNK SUPRIMENTOSCONTATOBLOG

Home / Loja / Ribbons para impressoras / RIBBON COLOR EVOLIS PARA ZENIUS E PRIMACY 200 IMPRESSÕES - R5F002A11

Oferta!



RIBBON COLOR EVOLIS PARA ZENIUS E PRIMACY
200 IMPRESSÕES - R5F002A11

~~R\$383,90~~ R\$352,00

Faça um pedido

SKU: QATWBC6M7
Categorias: Ribbons para impressoras, Sem categoria

DescriçãoInformação adicionalAvaliações (0)

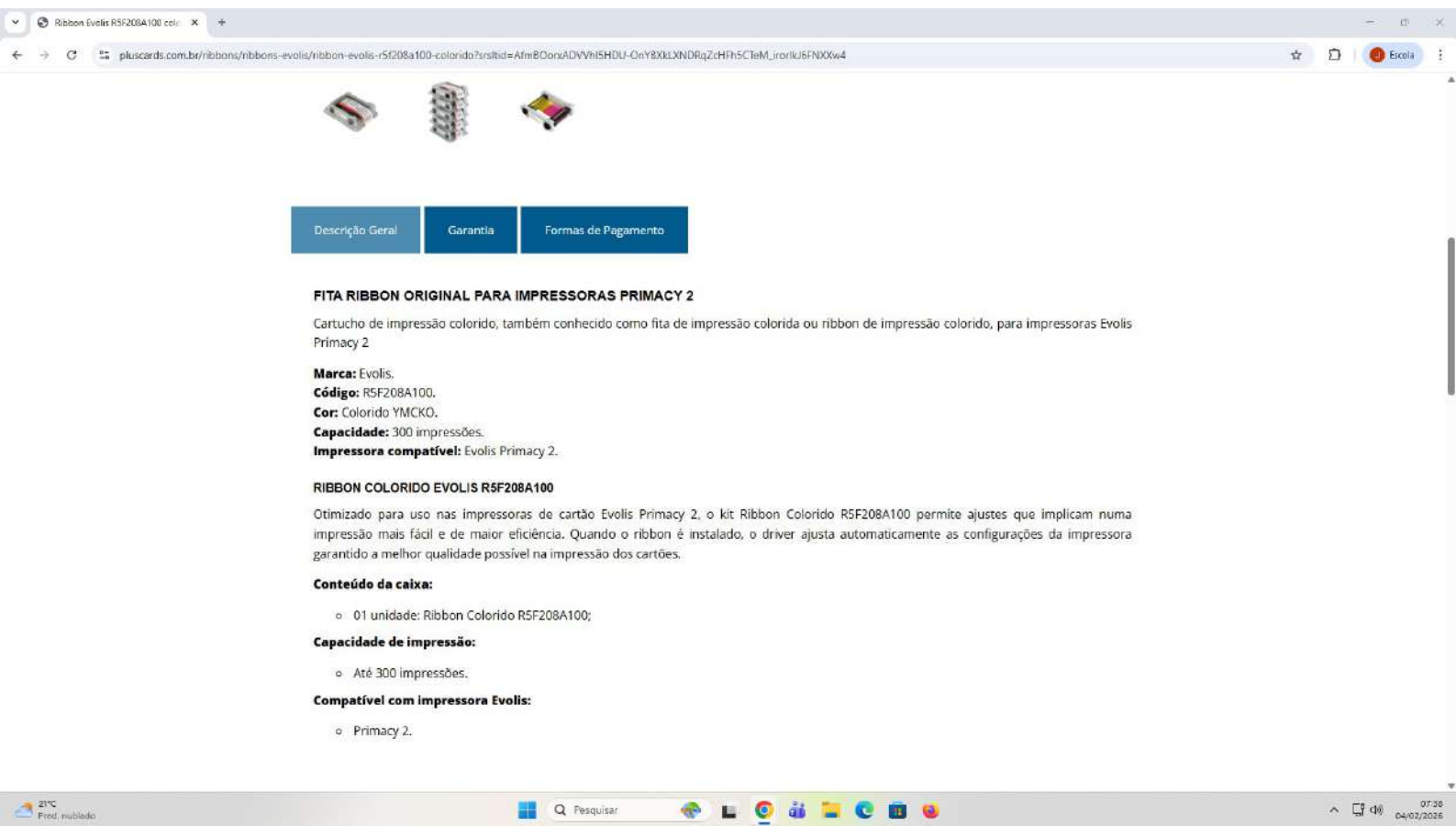
RIBBON EVOLIS YMCKO 300 impressões – A11

Referência: N5f008a11

PRODUTO ORIGINAL

> Fita colorida 5 painéis: Amarelo, Magenta, Ciano, Preto e Sobreposição

> Número de impressões por rolo: 200 impressões



• DESTAQUE •

Referência: R5F208A100

 COMPRAR

CALCULAR

Ribbon Evolis N5F208A102 YMCKO

reidosribbons.com.br/ribbons-para-cartoes-e-crachas-fitas-de-impressao/evolis/ribbon-evolis-primacy-2/ribbon-evolis-n5f208a102-ymcko-300-impressoes-p-primacy-2

1140175599 1140175599

Rei dos Ribbons

Tudo em fitas de transferência térmica

Busca



Minha Conta

R\$

Impressora de Crachá e Cartão ▾Ribbons para Cartões e Crachás ▾Kit de Limpeza ▾Cartões em PVC ▾+ Categorias

Home > Ribbons para Cartões e Crachás > Evolis > Ribbon Evolis Primacy 2 > Ribbon Evolis N5F208A102 YMCKO - 300 Impressões p/ Primacy 2

Fotos



Ribbon Evolis N5F208A102 YMCKO - 300 impressões p/ Primacy 2

Desconto exclusivo para revendas. Consulte-nos.

R\$ 300,00

Comprar

Simulador de Frete


CEP: -

Calcular frete

21°C

Pred. nublado

Pesquisar



07:39

04/02/2026

Anexo II

Regras aplicáveis ao
instrumento substitutivo ao
Contrato

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo III do Termo de Referência).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído,

reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

3.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a

fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Subseção Judiciária de Lavras/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Anexo III

Termo de Ciência e
Concordância

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº 90058/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

Anexo II

Ata de Registro de Preços

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG

Ata de Registro de Preços 92/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
92/2025	153032-UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC /MG	ALEXANDRE LAURENTE CARDOSO	09/02/2026 14:10 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		23090.012335/2025-71

ANEXO II DO EDITAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A Universidade Federal de Lavras, com sede no Trevo Rotatório Professor Edmir Sá Santos, Campus Universitário, na cidade de Lavras / Estado de Minas Gerais, CEP 37203-202, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90058 /2025, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 23090.012335/2025-71, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de impressora de cartão de proximidade, ribbons e cartões de proximidade, compatíveis, para impressão, especificado(s) no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 90058/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal de Lavras.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO, CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO LICITANTE E DOS PREÇOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, as partes firmam a presente ata, de forma eletrônica, por meio do Sistema Eletrônico de Informações da UFLA.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ERASMO EVANGELISTA DE OLIVEIRA

Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação



Assinou eletronicamente em 09/02/2026 às 14:10:47.